



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 546 - DE 16 A 30 DE JULHO DE 2017 - R\$ 4,00

OFENSIVA DA REAÇÃO

**Aprovada a Reforma Trabalhista
Lula condenado por Moro
CCJ absolve o bandido Temer**

DESMONTE DA GREVE GERAL

**Burocracia sindical divide
o movimento nacional**

• Força Sindical e UGT colaboram diretamente com Temer • CUT e CTB substituem a luta contra as reformas pela campanha petista de eleições diretas

RECUPERAR O TERRENO PERDIDO

• Retomar a greve geral • Empunhar as bandeiras de revogação da Reforma Trabalhista e enterrar a Reforma da Previdência

**Abaixo o governo burguês, golpista
e corrupto de Temer
Por um governo operário e camponês**

Ditadura civil de Temer atua para sobreviver

Oposição burguesa do PT se mostra incapaz

Por uma verdadeira greve geral!

Duas vitórias do governo golpista e uma derrota da oposição liderada pelo PT marcaram a semana que se encerra. No dia 11 de julho, foi aprovada a reforma trabalhista; no dia 12, Sérgio Moro, juiz de 1ª instância, condenou Lula à prisão; e no dia 13, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou a admissibilidade da denúncia da Procuradoria Geral da República contra Michel Temer. Essa sequência de acontecimentos retrata a ofensiva da reação para ultrapassar a violenta turbulência política que se armou com a delação da JBS contra o presidente da República e que jogou às alturas a crise política.

A garantia de que as reformas serão impostas à força aos explorados é um dos mais importantes pilares de sustentação da ditadura civil de Temer. Em torno dele, reúne-se o grande capital, os partidos que promoveram o golpe de Estado e, sem exceção, a imprensa monopolista. A derubada do governo constitucional de Dilma Rousseff se deveu em grande medida à absoluta necessidade do capital financeiro e industrial, fundamentalmente, de implantar as radicais alterações nas relações trabalhistas e no sistema previdenciário.

Temer não sobreviveria à crise, que não lhe deu nem um minuto de trégua, se não fosse a disposição do Congresso Nacional de tocar em frente as reformas antinacional e antipopular por conta própria e independente do destino de Temer. Estava claro que se a reforma trabalhista fosse rejeitada no Senado estaria comprometido o pilar de sustentação do governo. O Congresso Nacional, assim, expôs com maior clareza sua função de órgão do golpe e da ditadura civil, que se constituiu com a imposição de um governo que atua livremente por cima da classe operária, dos camponeses e da classe média, que formam a maioria nacional oprimida. Governo e Congresso golpistas respondem tão somente às ordens do capital financeiro e do imperialismo.

A aprovação da reforma trabalhista, sem dúvida, deu fôlego a Temer que se afundava no pântano da crise política. Essa evidência mostra o quão grave foi o desarme da luta nacional dos explorados depois da greve geral de 28 de abril. O PT e sua burocracia sindical são os grandes responsáveis, ao lado da clara traição da Força Sindical e da UGT.

A condenação de Lula foi desfechada nessas condições. Somente a ofensiva dos explorados contra o governo golpista poderia alterar a disposição de Moro e dos procuradores de impor uma penalidade que corta a vida política institucional do caudilho, sem terem em mãos provas materiais. Os trabalhadores estavam e estão dispostos a combater as reformas. Somente veriam a necessidade de rechaçar o veredito de Moro reconhecendo nele a ação

antidemocrática para inviabilizar a candidatura de Lula e assim impedir que se concluísse a experiência dos explorados com o petismo integrado ao capitalismo.

Finalmente, a reprovação do relatório de Sérgio Zveiter e aprovação do relatório de Paulo Abi-Ackel inocentando Temer assinalaram a maior probabilidade de a Câmara Federal rejeitar a admissibilidade. Caso contrário, já está preparada a posse de Rodrigo Maia. A probabilidade de convocação de eleições diretas apequenou ainda mais. Seja qual for o caminho tomado pela crise, a burguesia tem assegurada a aprovação da reforma trabalhista.

A manutenção de Temer permitirá uma retomada das negociações da reforma da previdência. Com a colaboração da Força Sindical e da UGT, não está descartado um chamado de Temer para que componham uma mesa capaz de superar os entraves à continuidade das reformas. A CUT se manteve atada a essa direita sindical, que no Congresso Nacional sustenta a ditadura civil por meio do partido Solidariedade. A adaptação da burocracia sindical ligada a Lula e ao PT contribuiu para o rompimento da unidade grevista alcançada na greve geral de abril. O blefe da greve geral de 30 de junho representou um grave passo atrás na luta contra as reformas e o governo golpista. Facilitou a ação da camarilha de Temer contra a denúncia do Ministério Público, a ofensiva da Lava Jato contra o PT e, sobretudo, a ousadia do Senado em destruir velhas conquistas dos explorados, aprovando a reforma trabalhista!

Toda a iniciativa política ficou nas mãos do governo e do Congresso golpistas. Em outras palavras, as burocracias sindicais dirigentes, o PT e a Frente Brasil Popular interromperam a iniciativa política do proletariado que recém começava. No campo da política burguesa, não poderá haver vitória alguma dos oprimidos. Ou a classe operária enfrenta a crise capitalista com os métodos, as reivindicações, o programa e a estratégia própria, ou arcará com todo peso da decomposição do capitalismo, como já vem ocorrendo com as demissões em massa, os milhões de desempregados, a miséria e toda sorte de chaga social.

A tarefa do momento é a de denunciar e rechaçar o divisionismo no seio dos explorados, o colaboracionismo de classe e as traições. É a de impulsionar os comitês de base que nasceram pela necessidade da luta contra as reformas. É a de trabalhar pela retomada da greve geral. Sabemos que se tornou mais difícil agora. Mas a necessidade dos explorados voltarem ao combate permanece plenamente. Reorganizemos o combate contra as reformas! Trabalhem pela independência política e organizativa dos explorados! Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto! Lutemos sob a bandeira própria de poder dos explorados, o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado!

Carta aberta à classe operária e aos demais trabalhadores

Vitória de Temer contra os explorados

Aprovada a reforma trabalhista

Traição das burocracias sindicais serviu ao governo golpista

12 de julho de 2017

Por 50 votos a favor e 26 contra, o Senado aprovou a reforma trabalhista. É um dos maiores ataques à classe operária e demais explorados na história do país. Não se conhece um retrocesso tão profundo em direitos conquistados pelos assalariados. A instituição da norma que dá poderes do “negociado sobre o legislado” põe abaixo as leis trabalhistas, que regulamentavam a venda da força de trabalho dos explorados e a sua compra pelos exploradores, desde os anos 40. A CLT que, bem ou mal, continha garantias de direitos e proteção dos trabalhadores perante a selvagem exploração foi inteiramente destruída. Um dos pilares da CLT que ainda não havia sido derrubado era o princípio do contrato coletivo do trabalho, que regulamentava nacionalmente o conflito entre o capital e o trabalho. A burguesia nunca aceitou se sujeitar a nenhuma normatização geral que permitisse qualquer tipo de defesa jurídica contra a superexploração. Nunca admitiu limitar o direito individual de cada explorador determinar as condições de compra e uso da força de trabalho. Está aí por que o contrato coletivo foi uma conquista da classe operária por meio da luta de classes, das greves, ocupações e manifestações.

O governo golpista de Temer, o Congresso Nacional e a burguesia como um todo brindaram a derrubada da CLT. E com toda razão, uma vez que impuseram uma derrota histórica à classe operária. Dizemos que os capitalistas comemoram com toda razão porque se tratou da reconquista da liberdade burguesa de explorar mais livremente os milhões de brasileiros que movimentam a produção, o comércio e que com suor e sangue entregam a seus escravizadores um rio de riqueza.

Para alcançar um feito tão grande, a burguesia e a maioria de seus partidos tiveram de promover um golpe de Estado e estabelecer um governo completamente livre de qualquer pressão da maioria explorada e mesmo da burocracia sindical. O Congresso Nacional que se tornou o principal órgão do golpe se encarregou de pôr em marcha as reformas anti-nacional, antioperária e antipopular concebidas pelo governo golpista. As instituições do Estado se sujeitaram integralmente aos ditames do capital financeiro e aos interesses do imperialismo saqueador. Foi preciso estabelecer uma ditadura civil para impor por cima da população e, principalmente, da

classe operária a destruição do contrato coletivo de trabalho, que há muito os capitalistas vinham exigindo dos governos e do Congresso Nacional.

Os governos do PT, de Lula a Dilma, cumpriram a função de assegurar o funcionamento do capitalismo e, portanto, da exploração do trabalho. Em nenhum momento, deixaram de servir aos interesses gerais da classe capitalista e do imperialismo. No entanto, não puderam se encarregar de uma reforma tão regressiva como a trabalhista, que acabou de ser aprovada, e a previdenciária, que está em andamento. Em outras palavras, foram serviçais da grande propriedade dos

meios de produção, mas não poderiam romper completamente com a classe operária e demais explorados promovendo reformas tão violentas. Não deixaram de fazer as reformas antioperárias, a exemplo da previdenciária, da implantação do Programa de Proteção ao Trabalho (PPE), etc., para isso tiveram de limitá-las por meio de negociação entre governo, capitalistas e burocracias sindicais.

Temer se encarregou de livrar o Estado de tais relações montadas pelo governo de conciliação de classes do petismo. A condição de governo nascido do golpe, que cassou o voto de milhões que deram um segundo mandato a Dilma Rousseff, permitiu que o ministro da Fazenda, Meirelles, pudesse arquitetar as reformas sem nenhuma interferência da burocracia sindical e das relações políticas próprias de disputas eleitorais. Temer foi imposto ao país pelo Congresso Nacional oligárquico, completamente divorciado das massas e

de suas necessidades mais elementares. Instituiu-se, portanto, como uma ditadura civil com um objetivo claro de implantar as draconianas reformas, para que nas eleições de 2018 o novo governante não precisasse impô-las. Sua função foi precisamente a de limpar o terreno para que a coligação golpista (PMDB, PSDB e DEM) decidisse nessas eleições quem comandaria o Estado.

A crise política golpeou incessantemente o governo ditatorial, mas não inviabilizou a aprovação da reforma trabalhista. E por quê? Porque o Congresso Nacional é parte ditadura civil erigida com o golpe de Estado. Temer está na condição de caí-não-cai. No mesmo momento em que se votava a reforma trabalhista, o relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) encaminhava favorável à admissibilidade da denúncia de cor-



(...) os capitalistas comemoram com toda razão porque se tratou da reconquista da liberdade burguesa de explorar mais livremente os milhões de brasileiros que movimentam a produção, o comércio e que com suor e sangue entregam a seus escravizadores um rio de riqueza.

rupção passiva envolvendo o presidente da República. Nesse mesmo momento, Temer comemorava a vitória no Senado e exortava o Congresso Nacional a mantê-lo na presidência sob o argumento de que é o seu governo que está pondo o país nos trilhos. Os carrascos dos trabalhadores se deram ao luxo de cantar a vitória como fruto da democracia. Em absoluto, a aprovação da reforma trabalhista e sua implantação por Temer é um ato da ditadura de classe da burguesia e de sua ditadura governamental. Eis por que a gigantesca crise política não inviabilizou o curso das reformas reacionárias.

Não faltaram avaliações otimistas entre a burocracia sindical e mesmo entre as esquerdas de que era difícil passar a reforma trabalhista devido à desintegração do governo Temer. O que não viam é que o governo golpista não se resumia ao presidente da República. O Congresso Nacional é o órgão e a base do governo ditatorial. A aprovação da reforma trabalhista é a comprovação mais acabada de que a burguesia recorreu ao golpe e à ditadura civil para desfechar um ataque histórico à classe operária. A classe capitalista encontrou na democracia formal a melhor forma de dirimir seus conflitos e de exercer sua ditadura de classe sobre os explorados, mesmo a democracia truncada e deformada do país semicolonial tem essa função. Ocorre que diante da situação de aprofundamento da crise econômica e da luta de classes, a democracia passa ser um estorvo e os governos que foram eleitos igualmente, quando não conseguem impor pela força as medidas de proteção ao capital. O Congresso Nacional, como órgão do golpe, manteve unida a frente partidária em torno da política econômica e das reformas, independente da decomposição política do governo Temer.

Assistimos aos protestos da oposição, encabeçada pelo PT e PCdoB no Senado. Fizeram um escarcéu teatral ocupando a mesa da presidência do Senado por algumas horas. Gleisi Hoffmann, presidente do PT, fez um discurso inflamado mostrando que a maioria do Senado é composta de empresários, latifundiários e altos funcionários do Estado, para concluir que é preciso retomar as eleições. Os parlamentares opositores sabiam perfeitamente que as manobras para adiarem a decisão final da reforma trabalhista seriam em vão. A pantomina serviu tão somente para no futuro próximo mostrar a cara perante os explorados de oposição às reformas e lhes pedir votos.

Tais manifestações parlamentares, pseudo radicais, serviram, servem e servirão para ocultar a traição das burocracias sindicais que interromperam o impulso dado pela greve geral de 28 de abril. A caravana que montaram para assistir à votação de 11 de julho - dia da desgraça dos oprimidos - acabou sendo um velório da morte dos direitos mais elementares dos assalariados. Sequer foram capazes de repetir a marcha de 24 de maio. Enquanto os senadores opositores dramatizavam, os burocratas sindicais nas imediações do Congresso Nacional acompanhavam de mãos e pés amarrados o golpe fatal desfechado na nuca dos explorados. Essa conduta

capituladora, contrastou com o vigoroso movimento grevista de 28 de abril e as grandes manifestações de massa. Ao mesmo tempo, expôs a traição dos dirigentes das centrais sindicais que romperam a unidade da classe operária e demais explorados em luta contra as reformas e o governo golpista.

A UGT e a Força Sindical, vinculada ao partido golpista Solidariedade, negociaram com Temer medidas provisórias (MPs), cujo objetivo principal é o de alterar o ponto da reforma que extingue o imposto sindical. Essa foi a forma do governo aparar as arestas em sua própria base de apoio. Não por acaso, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, explicou que a ocupação da mesa diretora não se justificava, uma vez que a reivindicação sobre o trabalho insalubre de gestantes e lactantes havia sido negociado com Temer, que faria uma alteração através de MPs.

Sabemos perfeitamente que a Força Sindical e UGT são apêndices da burguesia, correia de transmissão de seus interesses no movimento sindical. A burocracia da CUT, embora se colocasse contra as reformas de Temer, não é menos responsável pela traição. Também contribuiu decisivamente para bloquear o impulso da greve geral de abril, substituindo-a por manifestações inócuas em defesa da “democracia” e da convocação de eleições. A greve geral de 30 junho foi transformada em um dia de paralisações parciais de acordo com a disposição de cada sindicato. O resultado foi que a classe operária, em grande parte, esteve totalmente ausente. E as manifestações mais importantes em alguns estados não atingiram em nada o governo. Temer em seu discurso de saudação à aprovação da reforma disse com desdém que enquanto alguns protestavam a caravana passava. O Sindicato Metalúrgico do ABC para não parecer que não fez nada realizou uma passeata na Anchieta no dia da votação do Senado.

A greve geral de abril surpreendeu a própria burocracia, que passou a temer o impulso da classe operária. A greve geral é condenada em toda linha pela burguesia porque se converte em luta política contra o governo, os exploradores e o Estado. De um lado, a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer o desmonte do movimento; de outro, a CUT desmontou a luta contra as reformas e passou a priorizar a campanha do PT pelas eleições. A direção da CUT se pronunciou que não estava contra as reformas, mas sim contra as formas de um governo “ilegítimo”. Pediu

a eleição de um novo governo para constituir uma mesa de negociação sobre as reformas. De forma que as duas maiores frações da burocracia que comandam as centrais sabotaram a greve geral de 30 de junho. A Força Sindical e a UGT porque estão pela sustentação do governo golpista e a CUT e CTB porque estão pela convocação de eleições presidenciais. De uma maneira ou de outra, prevaleceu a conciliação de classes e o servilismo burocrático.

A maioria oprimida tem pela frente a reforma da previdência. O seu destino está dependendo, por enquanto, tão somen-



***A greve geral de abril
surpreendeu a própria
burocracia, que passou a temer
o impulso da classe operária.
A greve geral é condenada
em toda linha pela burguesia
porque se converte em luta
política contra o governo,
os exploradores e o Estado.***

te dos atritos interburgueses. Isso por que as centrais sindicais levaram à derrota o movimento de abril, desarmando o combate das massas diante da reforma trabalhista. É preciso denunciar claramente o papel nefasto da Frente Brasil Popular, que alimenta a política de colaboração de classes do PT e do PCdoB. Em toda a parte, se organiza para recompor a oposição burguesa encabeçada pelo petismo e sua burocracia sindical. É completamente falsa a justificativa de que a canalização do descontentamento das massas para a convocação de eleições e constituição de um novo governo recuperará a democracia e assim interromperá a marcha das reformas do governo “ilegítimo”.

O capitalismo está mergulhado numa profunda crise econômica, se desintegra mundialmente e impulsiona a barbárie. As demissões em massa no Brasil, o crescimento do desemprego, a potenciação da miséria e putrefação social são seus sintomas visíveis. Nenhum governo burguês terá como inviabilizar a política do capital financeiro para a desastrosa situação do capitalismo. A dívida pública parasitária determina o conteúdo da política econômica dos governos. O PT pôde realizar sua política de colaboração de classes na situação em que a economia mundial crescia. Bastou que a maré da recessão arrastasse o Brasil para que a burguesia promovesse o golpe de Estado contra o governo petista. A política de colaboração de classes tem grande responsabilidade diante do fracasso de seu governo, do golpe institucional e da constituição da ditadura civil de Temer.

Não há outra via para a classe operária expressar seu ódio ao governo burguês e às reformas a não ser rompendo com a camisa de força do colaboracionismo de classe e da estatização de seus sindicatos. Enquanto estiver sob essa direção, irá de derrota a derrota. A greve geral de abril pôs à luz do dia a potencialidade revolucionária do proletariado, mas ao mesmo tempo a força da subserviência de suas organizações controladas pela burocracia contrarrevolucionária. A rica experiência deste período deve servir à vanguarda para tirar as conclusões programáticas e táticas sobre a derrota de 11 de julho. Observamos que a luta pela independência de classe compareceu embrionariamente nos comitês de base, que não puderam se desenvolver devido à extrema fraqueza da vanguarda, identificada com as esquerdas. Sem a organização independente, de massa e classista, não é possível criar as condições políticas para derrotar a ofensiva da burguesia nacional e do imperialismo. A ausência da estratégia própria de poder da classe operária capaz de se diferenciar da estratégia burguesa do reformismo concentra todo o problema da situação. A esquerda em geral se alinhou por trás da bandeira “Fora Temer e eleições”. Favoreceu a política do reformismo e da burocracia sindical que traía abertamente a luta contra as reformas.

O Partido Operário Revolucionário levantou a bandeira de “Abaixo a reforma trabalhista! Abaixo a reforma da previdên-

cia! Abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês”. No entanto, devido ao seu desenvolvimento embrionário não foi possível encarná-la em uma fração da classe operária. Corresponhia às condições objetivas da crise de poder da burguesia, mas carecia das condições subjetivas que correspondem à presença do partido revolucionário e o avanço da consciência socialista do proletariado. Essa contradição se manifestou plenamente. Seu reflexo está materializado na derrota deste 11 de julho. As massas só poderiam vencer o governo golpista se estivessem sob uma direção revolucionária, que, partindo das reivindicações que unificam a maioria nacional, apresentassem a via de um poder próprio, o governo operário e camponês, ditadura do proletariado. Que rechassem a estratégia de reconstituição de um novo governo burguês. E evidenciassem que a derrubada das reformas

antinacional e antipopular dependia de um poderoso movimento revolucionário, distinto do movimento corporativista e colaboracionista da burocracia.

A vanguarda para continuar combatendo a implantação da reforma trabalhista e a aprovação da reforma da previdência está obrigada a fazer esse balanço, reconhecer os erros e corrigir os rumos da luta. Temos pela frente grandes enfrentamentos. A aplicação da reforma trabalhista não será pacífica. De fato, a nova lei regulamenta juridicamente o que o patronato já vem fazendo na prática e permite novas ações contra a força de trabalho. A greve de 28

de abril e as inúmeras manifestações contra a reforma são uma conquista dos explorados. Conquista política diante da burguesia e da própria burocracia sindical que teme a luta de classes.

A greve geral de abril representou um transbordamento das massas em relação às bitolas montadas pelos sindicatos e centrais estatizados. É nessa conquista que a vanguarda deve se apoiar e ir preparando o caminho para choques mais contundentes entre o proletariado e o Estado burguês. Já havíamos levantado a bandeira da revogação da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio. Agora levantamos a da revogação da reforma trabalhista. Orientamos nossos esforços para derrotar a reforma da previdência. Explicamos exaustivamente para os explorados que é preciso alcançar a greve geral por tempo indeterminado. Que é preciso capacitar nosso movimento para ocupar as fábricas, demais locais de trabalho e as terras dos latifundiários. Que é preciso lutar para derrubada da burguesia do poder e constituição de um governo operário e camponês. Que é preciso travar o combate pelo programa revolucionário de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e estatização sem indenização do capital financeiro. Que é preciso acabar com a dívida pública que sangra o país. Que é preciso emancipar o Brasil do domínio imperialista. E que para isso temos de unir os operários, camponeses, classe média urbana arruinada e a juventude em uma poderosa frente única anti-imperialista.

A greve geral de abril representou um transbordamento das massas em relação às bitolas montadas pelos sindicatos e centrais estatizados. É nessa conquista que a vanguarda deve se apoiar e ir preparando o caminho para choques mais contundentes entre o proletariado e o Estado burguês.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Abaixo a reforma trabalhista! Abaixo a reforma da previdência! Rechaçar o desvio da luta para a disputa eleitoral! Retomar o caminho da greve geral para derrotar Temer e os capitalistas!

A reforma trabalhista é o mais violento ataque contra as condições de trabalho já levado adiante pelos capitalistas e seus governos. A destruição de direitos, rasgando a CLT por meio do “negociado acima do legislado”, e a instituição da total liberdade patronal de reduzir salários e aumentar a jornada de trabalho permitem aos patrões aprofundar livremente a superexploração do trabalho. É o meio para os capitalistas preservarem seus lucros apesar da crise capitalista que impõe a recessão, portanto a queda da produção. Quem está pagando e pagará com mais sacrifício pela crise são os trabalhadores empregados. Serão ainda mais explorados, e os desempregados, que perderão seus empregos e terão imensa dificuldade em recuperá-los.

Essa reforma é parte de um conjunto de reformas, antinacional e antipopular. Inclui as já implantadas reformas do ensino médio, lei da terceirização e Teto dos gastos públicos, e a ainda por aprovar reforma da previdência. Está praticamente anulada a possibilidade de aposentadoria por tempo de serviço, ao estender a idade e o tempo de contribuição necessários. O governo e o Congresso Nacional golpista dizem que é para proteger os empregos, os salários e garantir às futuras gerações a aposentadoria. Na verdade, a reforma trabalhista objetiva garantir os lucros dos que exploram a força de trabalho. A da previdência visa a garantir que o capital financeiro parasitário tenha seus rendimentos assegurados por meio da anulação do direito de se aposentar e do desvio de centenas de bilhões de reais para os cofres dos parasitas. Os banqueiros valorizam seu capital com os altos juros da dívida pública. O governo golpista serve ao capital financeiro. Está impondo à força, por cima da maioria e contra sua vontade da população as reformas que protegem os monopólios industriais, o capital financeiro e agroindustrial.

Está aí por que temos de travar um combate à morte contra a burguesia, seu governo e o Congresso que serve às oligarquias capitalistas. Apesar da profunda crise política, apesar de Temer estar morto, as reformas estão vivas e continuam a caminhar. Não podemos baixar a guarda achando que não vão passar no Congresso. É com a luta que vamos derrubar e enterrar as reformas que esmagam ainda mais a vida dos explorados.

A maioria nacional oprimida demonstrou na greve geral de 28 de abril que assimilou e empunhou como bandeira a luta pela derrubada das reformas antinacional e antipopular por meio da ação direta, da greve geral, das ocupações e bloqueios de estradas e avenidas. Mas as direções sindicais, logo a seguir,

cortaram a possibilidade de continuidade da luta unitária de massa. Ao não darem continuidade à greve geral, deram tempo para que o cambaleante governo Temer se reorganizasse e à sua base parlamentar para dar prosseguimento às votações das reformas.

Pior ainda, as direções das centrais se dividiram entre a busca por mudanças secundárias nas reformas trabalhista e da previdência (Força Sindical, UGT), a serem alcançadas por meio da negociação e conciliação com o governo; e a pressão pela suspensão provisória das votações e ao redor da campanha “Fora Temer, Diretas Já” (CUT, CTB), que desvia a luta direta das massas pela derrubada das reformas para

a via institucional/eleitoral. Ou seja, para o caminho de apoiar a constituição de um novo governo burguês. É inaceitável a declaração de Lula – não desmentida – que não revogará as reformas de Temer. Sob essas linhas políticas, as direções sindicais sabotaram a greve geral do dia 30 de junho, que não repetiu o 28 de abril por esse motivo, e não por conta da indisposição das massas. Os explorados continuam odiando e querendo en-

(...) temos de travar um combate à morte contra a burguesia, seu governo e o Congresso que serve às oligarquias capitalistas. Apesar da profunda crise política, apesar de Temer estar morto, as reformas estão vivas e continuam a caminhar. Não podemos baixar a guarda achando que não vão passar no Congresso. É com a luta que vamos derrubar e enterrar as reformas que esmagam ainda mais a vida dos explorados.



terror as reformas da previdência e trabalhista.

As direções das principais centrais, do MST e MTST estão se colocando pela reconstituição do PT enquanto oposição burguesa e instrumento da conciliação de classes, ou seja, subordinação dos explorados aos exploradores. As articulações do PT com oligarcas como Renan Calheiros e a constituição de uma ampla frente ao redor do Projeto Brasil Nação, redigido pelo economista agente da burguesia industrial Bresser Pereira, e com apoio do oligarca Ciro Gomes, projeto que representa os interesses de parte da burguesia nacional, é a prova mais concreta de que se busca constituir uma alternativa burguesa de governo à desintegração do governo golpista de Temer, sob uma pretensa legitimidade eleitoral.

Essas manobras das frações sindicais dirigentes das centrais são o grande obstáculo a ser superado pelas massas para se colocarem, sob a direção da classe operária, como uma só força nacional para derrotar a burguesia e seu governo por meio de seus próprios métodos de luta, sua organização independente e com a estratégia e programa proletários.

As direções burocráticas e conciliadoras chamam uma manifestação de protesto contra a votação da reforma trabalhista de caráter formal. Isto porque esse protesto não é parte de um plano de lutas que se coloque pelo enfrentamento direto das massas contra o Estado burguês e a burguesia de conjunto. Dão trégua ao governo morto-vivo e aos golpistas, permitindo-lhes tramar uma saída ao desmonte do governo Temer que mantenha esses crápulas com as rédeas do Estado, e tocando para frente suas reformas, as quais despejam a crise sobre os

explorados. Temem que a intervenção das massas tendo à frente a classe operária ameace a ordem burguesa e seus objetivos eleitorais. Utilizam seus postos dirigentes das organizações de massas para atrelar os oprimidos à sua estratégia de constituição de um governo que se apoie em frações dos exploradores.

É preciso rechaçar a política de traição às necessidades dos explorados. É preciso denunciar o desvio da luta contra o governo golpista para interesses eleitorais. É preciso defender firmemente a bandeira de “Abaixo as reformas reacionárias do governo burguês, golpista e corrupto de Temer!” É preciso ligar essa luta à defesa do emprego e salário a todos, anulação das reformas já aprovadas (ensino médio, teto e terceirização) e demais reivindicações das massas. Que a burguesia pague pela crise! Não pagaremos a gigantesca dívida pública parasitária com nossas vidas e de nossas famílias. Por uma verdadeira greve geral para derrotar Temer e os exploradores! Lutemos sob a estratégia própria dos explorados, que expressa nossa independência de classe diante dos exploradores, seus governos, partidos e instituições: por um governo operário e camponês!

Operários, camponeses e juventude, exigimos das direções das centrais que restituam a unidade da luta de massa da greve de 28 de abril contra o governo golpista! Exijamos a convocação das assembleias! Exijamos a formação dos comitês de base, de frente única de combate! Exijamos reorganizar o movimento nacional dos explorados por meio da greve geral!

Abaixo as reformas antinacional, anti-operária e antinacional!

Ato de 11 de julho, em Brasília: velório dos direitos trabalhistas

A manifestação em Brasília, ocorrida durante todo o dia 11 de julho, em frente ao Congresso Nacional, contou com pouquíssimas pessoas. A maior concentração se deu na parte da manhã. Depois do almoço até o momento da votação da Reforma Trabalhista à noite, permaneceram reunidos cerca de 200 manifestantes, uma boa parte destes professores de São Paulo – a Apeesp levou três ônibus. Estiveram presentes também bancários do Distrito Federal, particularmente algumas de suas lideranças. Quase todos vinculados à CUT. As demais centrais tinham um ou outro representante.

O discurso utilizado nas bases durante todo o primeiro semestre, de que seria melhor taticamente concentrar as energias para realizar atos massivos nos dias de votação das reformas, se desfez completamente na prática. Revelou o profundo erro de desmontar as greves com base no calendário do Congresso Nacional, corrompido até a medula. Na realidade, revelou a traição das burocracias sindicais que quebraram a unidade grevista, enterraram a greve geral de 30 de junho e apostaram na farsa da pressão parlamentar. Não há situação politicamente pior para os oprimidos do que sofrer uma derrota dessa magnitude sem resistência.

A burguesia aprovou a destruição da CLT sem uma resistência séria do lado de fora. A insignificante manifestação mostrou-se mais como ato de desespero. Não havia o que fazer, foi um ato formal. Trouxe à tona a traição mais profunda das

direções, que bloquearam o ímpeto demonstrado pela classe operária e demais explorados na greve geral de 28 de abril.

O POR esteve presente com seu manifesto, desnudando as raízes das reformas, como medidas de salvação da burguesia e particularmente do capital financeiro diante da crise. Denunciou também a traição que resultava do desvio da luta para o campo eleitoral. Seu documento concluía com a defesa de que os explorados tinham de enfrentar as reformas com a estratégia própria de poder, fazendo a ponte entre as reivindicações mais sentidas e as bandeiras gerais, de defesa da revolução e da constituição de um governo operário e camponês.



Combater com greve e nas ruas a implantação da reforma trabalhista

O governo golpista de Temer rapidamente sancionou a reforma trabalhista, aprovada no Senado no dia 11 de julho. A reforma que liquida totalmente a CLT entrará em vigor em 120 dias. Valerá para todos os trabalhadores, desfazendo assim a mentira de que serviria apenas para os novos contratados. O Ministro do Trabalho correu a corrigir a informação de que ao entrar em vigor atingiria apenas os novos contratos. A promessa de Temer, feita às burocracias da Força Sindical e UGT de que modificaria alguns pontos da reforma por meio de Medidas Provisórias, ficou para depois.

A classe operária e demais trabalhadores, que assistiram seus empregos e direitos serem mutilados e enterrados, devem tomar essa experiência negativa para as próximas lutas. Devem exigir que as direções sindicais convoquem assembleias e aprove um plano de combate à implantação da reforma trabalhista. Devem responsabilizar as burocracias sindicais pela derrota sem luta. Pelo blefe da greve geral de 30 de junho, pela farsa da pressão parlamentar e pelo velório que se armou em frente ao Congresso Nacional no 11 de julho.

A reforma trabalhista foi a recompensa dada por Temer aos capitalistas e suas entidades de classe (Fiesp, etc.) pelo apoio dado ao golpe de Estado. Há muito tempo, reclamavam o fim da CLT, considerada como um entulho do governo varguista diante da “modernização” das relações trabalhistas. O golpista Temer usou bem o ditado “uma mão lava a outra”.

A draconiana reforma trabalhista determina a prevalência de acordos entre patrões e empregados sobre a Lei, o parcelamento de férias, a flexibilização e a terceirização em toda a linha, a ampliação da jornada de trabalho, o trabalho intermitente (o contrato para serviços esporádicos), o trabalho de mulheres grávidas em lugares insalubres, entre outras desgraças para a maioria que sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Com maior liberdade e com maior poder, os capitalistas

poderão ampliar a exploração da força de trabalho. Parte das alterações já estava sendo posta em prática, como os acordos de flexibilização do trabalho implantado pelas multinacionais nas indústrias automobilísticas. O empenho da burguesia e de seu governo de impor a draconiana reforma trabalhista expressa a decomposição do capitalismo mundial, o império da lei econômica de queda da taxa média de lucratividade e a guerra comercial. As leis econômicas na época do capitalismo imperialista não permitem reformas em favor da força de trabalho e impulsionam as reformas regressivas, que destroem velhas conquistas do proletariado. Não por acaso, a reforma trabalhista no Brasil, guardando as devidas particularidades, corresponde à ofensiva mundial da burguesia de descarregar a crise sobre os explorados em toda parte.

Certamente, boa parte da classe operária e dos explorados em geral ainda não tem a dimensão do que foi a aprovação da reforma trabalhista. Boa parte foi arrastada pela campanha mentirosa da imprensa monopolista e pelos milhões de reais que Temer entregou aos meios de comunicação para alimentar as falsidades em torno dos benefícios que traria a reforma, entre eles a volta dos empregos. Aí está a responsabilidade dos sindicatos e das centrais no desmonte da luta após a greve geral de 28 de abril.

O caminho agora é o combate pela não implantação da reforma. O que implica redobrar os esforços nas portas das fábricas e em todos os locais de trabalho, numa enorme campanha, em torno da organização da greve geral para pôr abaixo a reforma trabalhista. Temos pela frente a tarefa de impedir a aprovação da reforma da previdência. Lutemos pela revogação da reforma trabalhista e enfrentemos sua implantação. Lutemos para derrubar e enterrar a reforma da previdência. Essa gigantesca tarefa implica reorganizar as forças unitárias dos trabalhadores para retomar à greve geral. É necessário exigir assembleias nos sindicatos, formar e ampliar os comitês de base já existentes.

CCJ, pocilga da democracia oligárquica

Pocilga qualifica perfeitamente a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Não é a primeira vez que abre seu fétido recinto para os olhos da população. Já tínhamos visto quando votou a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff. Nem mesmo a noção burguesa de justiça cabe nessa Comissão purulenta. O relatório do deputado Sérgio Zveiter, do PMDB, foi condescendente com Michel Temer, mas reconheceu que havia necessidade do processo caminhar para um julgamento final no Supremo Tribunal Federal, o que, para isso, a CCJ tinha de dar o seu parecer de admissibilidade, que ainda seria avaliado no plenário da Câmara Federal.

O Sr. Zveiter, por ser do PMDB, não tem nenhum traço oposicionista. Foi acusado pelos próprios governistas e seus correligionários peemedebistas de advogar para a rede Globo de comunicações. Mas quem o colocou na relatoria foram os próprios governistas. O mais provável é que Zveiter, por ter

sido presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e por ainda manter laços com essa instituição que participou do movimento golpista e que agora pede o impeachment de Temer, não pretendia sujar essa biografia falsificando e mentindo descaradamente em seu relatório. Sua indicação assinalou um perigo para Temer, que imediatamente acionou as camarilhas partidárias a encontrar um meio de rasgar o parecer de Zveiter.

Na previsão inicial como seria a votação na CCJ, o Placato verificou que perderia. Não havia outro meio senão realizar uma intervenção cirúrgica destituindo os deputados infiéis, substituindo-os pelos capachos. Quatorze vagas de titulares foram trocadas, invertendo assim a composição da CCJ. Por 40 votos a 25, o parecer de Zveiter foi jogado no lixo, depois ser sobejamente espezinhado. Outro relator ocupou o seu cargo e apresentou um novo relatório antecipadamente preparado que escracha a denúncia do Ministério Público e

transforma o bandido em inocente vítima de uma armação criminoso. Ao deputado Paulo Abi-Ackel, do PSDB de Minas Gerais, coube protagonizar a farsa em favor de Temer. Esse crápula é um serviçal do senador Aécio Neves, que só não foi preso pela bondade do STF. Os deputados oposicionistas do PT, PCdoB, PSOL, REDE e alguns descontentes da base governista serviram de coadjuvantes ao dramalhão que por horas a fio enojou a população.

Alguns analistas acreditam que a situação mudará no plenário da Câmara Federal. Deputados oposicionistas condenaram a vitória artificial e estão crentes de que, devido à impossibilidade de fazer trocas de deputados no plenário, Temer será derrotado. Pode ser que sim, mas não é o mais provável. A troca de deputados na CCJ não foi artificialismo, mas sim uma manifestação da decomposição da democracia burguesa e da força do autoritarismo no seio do Estado. É prática comum o executivo comprar os votos de deputados, por meio de cargos e emendas que liberam recursos necessários para a arregimentação de eleitores nas próximas eleições. Esses recursos têm sido utilizados à luz do dia. É sintomático que Temer tenha conseguido a totalidade dos votos do PR, PTB, PRB, PSD, PP, PSC e PROS. Contabilizados os votos do chamado “Centrão” e parte dos votos do PSDB e DEM, torna-se possível a rejeição da admissibilidade. Está aí por que o governo considerou uma importante vitória na CCJ.

Essa descrição é parte de uma movimentação mais ampla do governo golpista para se preservar. Indicou ministros capachos para o Tribunal Superior Eleitoral, onde obteve a sua primeira vitória. Colocou no ministério da Justiça o capacho Torquato Jardim e transferiu o capacho Alexandre Moraes

para o Supremo Tribunal Federal. Acabou de nomear Raquel Dodge para ocupar o lugar do seu arqui-inimigo Rodrigo Janot na Procuradoria Geral da República. Fortaleceu a centralização do Congresso Nacional por meio do capacho Eunício Oliveira e de Rodrigo Maia. Retirou Renan Calheiros para liderança do PMDB no Senado e colocou em seu lugar o capacho Romero Jucá. Assim que sentou na cadeira da presidência, reorganizou a Agência de Inteligência (ABIN), recompôs o ministério da Secretaria de Segurança Institucional, nomeando o general Sérgio Etchegoyen, que passou a fazer parte do núcleo central do governo. Na manifestação de Brasília de 24 de maio, Temer decretou o “estado de emergência”, para mostrar sua disposição de recrudescer a repressão. Essa movimentação de conjunto expressa a atuação da ditadura civil de Temer para atravessar a mais profunda crise política desde que findou a ditadura militar, em 1985.

A política de conciliação da burocracia sindical não foi desmantelada com o golpe que acabou com o governo de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Tão somente assumiu novas formas, adaptando-se na condição de defensora do governo golpista (Força Sindical, UGT, etc.), ou na de oposição burguesa (CUT, CTB). Sempre e em todas as circunstâncias a presença da política de conciliação de classes no seio das organizações operárias e das massas estrangula a resistência aos ataques dos capitalistas. Temer está conseguindo reagir à crise política, em parte, devido ao bloqueio ao descontentamento dos explorados pela política de conciliação de classes. A vergonhosa pantomina da CCJ se realizou em brancas nuvens justamente porque a burocracia sindical desativou o impulso de luta das massas que se manifestou na greve geral de 28 de abril.

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Lula é condenado pela justiça burguesa Quem deve julgar Lula é a classe operária e os demais explorados!

13 de julho de 2017

Depois de um rumoroso processo e inquirição pública sobre o caso do apartamento triplex, Lula não poderia escapar de uma condenação. Por mais que seu advogado tenha demonstrado que não há nenhum documento, nenhum registro e nenhuma prova concreta de que o ex-presidente era proprietário do imóvel, isso não evitou o veredicto do juiz Sérgio Moro, que determinou 9 anos e seis meses de prisão, bem como a proibição de ocupar cargos públicos por 7 anos. A condenação, na realidade, já havia sido dada a priori. Moro apenas estipulou a quantidade de anos e meses da pena a ser cumprida por Lula. Os setores mais direitistas da burguesia comemoraram. Mas na burguesia não há unanimidade. Há quem considere que houve a superposição da política ao “devido processo legal”.

A discussão se a condenação foi técnica ou política pouco pesará no julgamento histórico. O fato é que se trata de um julgamento e condenação de um ex-presidente da República e ex-líder do movimento sindical, que despontou em oposição à ditadura militar cambaleante. Mais ainda, trata-se do veredicto de banimento do fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e

da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da política institucional. Lula conta com o apoio de 30% dos eleitores, caso concorra às eleições de 2018, o que agrava a decisão de Moro. Os demais candidatos cotados não chegam nem perto do índice de popularidade do caudilho petista. Os comentaristas da imprensa monopolista foram obrigados a recorrer à biografia do ex-presidente e mostrar que no término de seu segundo mandato, apesar dos escândalos de corrupção e do “mensalão”, Lula contou com 80% de popularidade, um dos maiores índices de aprovação a um governo que administrou o Estado burguês e serviu aos interesses gerais da classe capitalista. Não há, portanto, como separar o processo judicial da situação política.

A corrupção na política burguesa, certamente, tem pontos de contato com a criminalidade comum, mas se diferencia desta no conteúdo econômico e quanto às relações de poder dos explorados sobre os explorados e em suas próprias disputas internas. Está aí por que, no caso, judicializa-se a política e politiza-se a justiça. Basta ver os editoriais do mais influente jornal brasileiro, O Estado de São Paulo, que está em franca defesa do governo Te-

mer e contra as evidências materiais do crime de corrupção delatados pela JBS. Esse mesmo jornal bateu bumbo para o veredicto de Moro, não se importando com a inexistência de prova material. É natural o uso de dois pesos e duas medidas na luta que se desenvolve nas entranhas do Estado e na política burguesa. O judiciário reflete, em grande medida, os interesses da burguesia em jogo, por isso está condicionado a dois pesos e duas medidas da política burguesa. Nem de longe, as investigações e as penalidades medem o PMDB, PSDB e o DEM com a mesma régua com que mede o PT. Esses poderosos partidos oligárquicos movimentam forças internas ao próprio Estado para influenciar no curso das investigações e nas decisões da justiça e do parlamento. É o que assistimos perante as divergências institucionais que envolvem o governo Temer, que ainda se sustenta na presidência, embora esteja sobejamente comprovada a sua delinquência. O PT, por não ser um partido orgânico da burguesia, não tem a mesma capacidade institucional dos partidos orgânicos da burguesia. Para se defender da ofensiva da justiça, está obrigado a recorrer aos explorados.

A Operação Lava Jato foi um instrumento fundamental para armar o impeachment e derrubar o governo de Dilma Rousseff, no meio de seu segundo mandato. Essa ação jurídico-policia é continuidade do processo do “mensalão”, quando Lula estava em seu primeiro mandato. Nesse momento, o DEM propôs a abertura de impeachment de Lula, que não prosperou. Há, sem dúvida, um elo de ligação entre a tentativa de derrubada do governo Lula e a efetiva destituição de Dilma. Setores da burguesia, aqueles mais arraigadamente vinculados ao capital financeiro e à oligarquia latifundiária, nunca admitiram a governabilidade petista. Não por acaso, houve vozes que defenderam a extinção do PT. O combate da reação oligárquica contra um governo não saído de suas entranhas e portador de ideias nacional-reformistas expressou e expressa o caráter limitado e deformado da democracia burguesa. Verificamos que a constituição de um partido como o PT só foi possível após vinte anos de ditadura militar.

O golpe que derrubou Dilma Rousseff é um marco, desde o fim da ditadura militar, da ofensiva antidemocrática da classe capitalista e de seus partidos. Temer foi colocado no poder à custa da cassação dos milhões de votos que deram vitória ao PT. Interrompeu-se o mandato do governo eleito para se instituir uma ditadura civil, cujo objetivo explícito era o de impor um conjunto de reformas que há muito o capital financeiro e industrial exigia. O Congresso Nacional foi transformado em órgão do golpe e base de sustentação do governo golpista. No entanto, a profunda crise econômica e, conseqüentemente, as divisões interburguesas não cessaram. O governo Temer, assim, não teve como impor a centralização burocrática autoritária no Estado, desativar a ofensiva do Ministério Público e acabar com a Operação Lava Jato. Era também um objetivo, ao lado da implantação das reformas antinacional e antipopular, disciplinar e neutralizar os choques institucionais no interior do Estado e da política

burguesa. Não havia chegado a hora de se desfazer inteiramente do PT. Bastava submetê-lo à condição de oposição minoritária. A desmoralização do PT e de Lula foi ampla entre as massas no período do impeachment, ao ponto de nas eleições municipais quase ser varrido. Ocorre que Temer e o Congresso Nacional conseguiram estabelecer o curso das reformas, mas não estancar o poder alcançado pelo Ministério Público, Justiça e Polícia Federal. As delações premiadas haviam exposto a ampla podridão que envolvia os partidos da burguesia, entre eles os cabeças do golpe de Estado.

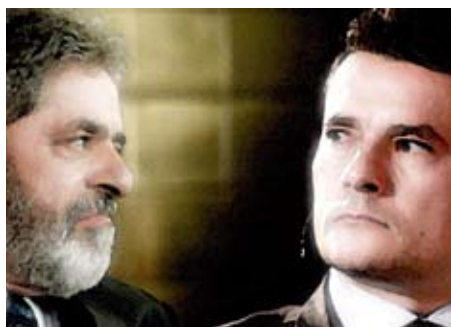
O PT teve como dar alguns passos no sentido de se reorgani-

zar como oposição burguesa. Lula passou a exibir o seu capital político na situação de desmoralização do governo golpista e de seus pilares de sustentação. A sua condenação, precisamente no momento em que a reforma trabalhista foi aprovada e Temer é acossado pela denúncia do Ministério Público, indica a intenção política de barrar a recuperação do PT e inviabilizar a sua única candidatura, que é a do caudilho Lula. Não se pode desvincular o veredicto de Moro desse quadro da política burguesa tão conflituoso. Sem que se caracterize a Operação Lava Jato e a ação do Ministério Público como expressão dos choques interburgueses e produto da putrefação da democracia oligárquica, nas quais o PT está integrado, não é possível estabelecer uma correta posição democrática diante da condenação de Lula.

Há quem entre as correntes de esquerda apoiou e apoia a Operação Lava Jato como

uma via de saneamento e fortalecimento da democracia. O próprio PT não deixou de elogiar as instituições do Estado empenhadas em combater a corrupção. A gravidade desse erro chegou a sustentar uma posição entre as esquerdas de que Lula deveria ser preso, bem como todos os corruptos. Trata-se de uma ilusão pequeno-burguesa que serve à ofensiva reacionária de setores da direita burguesa, apoiados pelo imperialismo. Não vão ser presos todos os corruptos e corruptores, não se saneará a democracia em decomposição, nesse sentido não mudará absolutamente nada a prisão de Lula. A justiça burguesa é parte da democracia venal. É parte do jogo de influência do poder econômico sobre o Estado, Congresso Nacional e seus partidos. A única alteração previsível é a de que a justiça burguesa poderá inviabilizar a candidatura de Lula e assim golpear de morte o PT. Nisso reside a ofensiva antidemocrática do veredicto de Moro.

A experiência das massas com o PT e Lula ainda não se esgotou. É o que revela a popularidade conservada pelo caudilho. Depois do golpe de Estado, a burguesia faz de tudo para impedir que o PT e sua coligação retome a presidência da República. O impeachment de Dilma foi desfechado com a meta de transformar o PT em um anão impotente. O temor dos golpistas não se resume a que Lula ganhe as eleições de 2018. Temem inclusive que mesmo sendo derrotado venha a chefiar a oposição burguesa. O fundamental da intervenção político, judicial e policial contra o PT, que se materializou no “mensalão” e na Lava Jato, está



O judiciário reflete, em grande medida, os interesses da burguesia em jogo, por isso está condicionado a dois pesos e duas medidas da política burguesa. Nem de longe, as investigações e as penalidades medem o PMDB, PSDB e o DEM com a mesma régua com que mede o PT.

em romper os laços de ampla parcela dos explorados com o PT. Nenhum partido da burguesia tem base popular, mas o PT, sim.

É incompatível na democracia oligárquica e nas condições de crise estrutural do capitalismo a existência de um partido burguês ou pequeno-burguês de base popular. Esse tipo de partido, por estar sujeito a pressões da maioria oprimida acaba se transformando em obstáculo à implantação de medidas radicalmente antinacionais e antioperárias. É o que explica a ascensão e queda do PT. É o que explica o golpe de Estado e a ofensiva seletiva das investigações contra o PT. Toda e qualquer defesa ou apoio, direto ou indireto, à condenação de Lula resulta em posição antidemocrática. Há que se combater toda medida judicial, policial e politicamente ditatorial que visa a impedir que os explorados concluam sua experiência histórica com o reformismo.

É nesse preciso sentido que o Partido Operário Revolucionário se declara contra a condenação de Lula e sua prisão. O que não quer dizer ocultar, ou relativizar o apodrecimento do PT na política burguesa. É evidente que, sem os milhões que saíram dos cofres de construtoras, de industriais, de latifundiários e de banqueiros, o PT não poderia concorrer eleitoralmente com os poderosos partidos orgânicos da burguesia.

Não é só o financiamento do poder econômico e os compromissos daí advindos que indicam a decomposição do PT e de seu maior dirigente. Mas, principalmente, ao fato histórico de, como governo, ter exercido a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Por mais assistencialista que tenha sido e por mais que tenha limitado as reformas antipopulares, o PT serviu aos interesses gerais da burguesia e de sustentação do capitalis-

mo. É preciso deixar claro que estamos contra a condenação de Lula por ser antidemocrática, reacionária. E não por acharmos que não tenha mergulhado na corrupção do Estado burguês.

O Partido Operário Revolucionário já havia fixado essa posição assim que despontaram a perseguição política ao PT e a Lula. Condenamos a sua condução coercitiva pela Polícia Federal e agora rechaçamos o veredicto de Moro. O POR se coloca diante dessa questão com a política do proletariado. Assim rechaça as variantes da política burguesa e pequeno-burguesa, que, de um lado, apoiam a condenação de Lula e, de outro, o defendem ocultando sua decomposição política.

Quem pode julgar Lula é a classe operária e os demais explorados, de onde originou sua militância sindical e política e contra os quais abraçou a política burguesa. O fundamental do julgamento de Lula para os explorados está em que este traiu suas necessidades mais profundas dos pobres e miseráveis. Somente um Tribunal Popular poderia e pode julgar Lula e o PT. Infelizmente, a classe operária ainda se acha arregimentada pela política burguesa e não tem um partido revolucionário dirigente de suas lutas, capaz de constituir organismo de massa, como o Tribunal Popular. No entanto, para arrancar das mãos da burguesia o poder de julgar e punir Lula, é preciso por meio da luta de classes pôr em pé o Tribunal Popular.

Não à condenação de Lula!

Somente a classe operária e demais explorados podem julgar Lula e o PT! Pela constituição de um Tribunal Popular!

Emancipar a classe operária de toda influência da política burguesa!

Governo Temer a serviço dos grileiros

“Uma mão lava outra”. Depois do golpe que destituiu Dilma Rousseff, Temer tratou de “agradar” o agronegócio e os latifundiários que exploram a Amazônia. Criou uma Medida Provisória, em dezembro passado, que dava plenos poderes a grileiros. Entregou ao serviçal Romero Jucá a tarefa de fazer um projeto de lei (PLV 12/2017), que foi aprovado no Senado, no mês de maio. Tudo está pronto para a sanção de Temer. Os explorados estão diante de mais uma medida da ditadura civil de Temer e do Congresso Nacional.

O que é o PLV? Trata-se de um projeto para legalizar 2.376 propriedades rurais que estão em áreas públicas, na região amazônica. Essas propriedades ocupam 6,3 milhões de hectares. Um presente que vale ouro para empresas e latifundiários. Um presente para os apoiadores do golpe e a desgraça para centenas de famílias camponesas. Isso porque são terras há muito reivindicadas por populações indígenas, ribeirinhos, quilombolas e trabalhadores rurais sem-terra. São áreas pertencentes a indígenas, ou ocupadas por camponeses pobres. Basta ver o levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2016, que registrou 57 ocupações de terras nos estados que compõem a Amazônia Legal. Nelas, há quase 4 mil famílias acampadas. Como se vê, são áreas de conflito entre latifundiários e empresas contra os indígenas e camponeses sem-terra. O que Temer fará é legalizar por meio da titularização a grilagem de imensas áreas. Isso implicará a expulsão das famílias acampadas, de indígenas e quilombolas. Essa é a forma que o golpista Temer encontrou para pôr fim ao conflito terra: dar o título de propriedade aos grileiros e, assim, dar poderes legais

para expulsar de suas terras os pobres do campo e os índios.

O PLV de Jucá faz parte de um conjunto de medidas que visam a aumentar a concentração de terras nas mãos de grupos empresariais e poderosos latifundiários e ampliar a desnacionalização das terras brasileiras, a começar pela cobiça Amazônia.

Essa ofensiva tem sido possível porque o movimento camponês e o movimento operário estão desvinculados. E estão desvinculados porque lhes faltam uma direção revolucionária que desenvolva os enfrentamentos no campo e as lutas nas cidades por meio da aliança operário-camponesa. Está claro que o corporativismo, o reformismo e o nacionalismo pequeno-burguês do MST bloqueiam a aproximação dos camponeses com a classe operária. E, por sua vez, o controle da burocracia sindical sobre o proletariado impede que este se aproxime dos camponeses. E, finalmente, a subordinação do MST e da CUT à política reformista do PT impossibilita transformar a luta de classes na cidade e no campo em luta contra o capitalista e seu Estado. Essa direção reclama todo o momento da desnacionalização da terra, dos recursos naturais e da indústria do petróleo. Mas se nega a constituir um movimento de frente única anti-imperialista pela expropriação da grande propriedade. Lamentam a situação de miséria no campo, de opressão sobre os indígenas e quilombolas e da brutalidade como são tratados os posseiros, mas se negam a organizar a aliança operária e camponesa, sob o programa da expropriação e nacionalização das terras.

Está colocada a organização dos comitês agrários de aliança operário-camponesa e projetar a luta que ocorre na Amazônia para todo o país.

Lançamento do Comitê da Frente Popular de São Miguel

No dia 7 de julho, foi lançado o Comitê da Frente Popular de São Miguel. O informe dessa atividade foi dado em reunião anterior do Comitê de luta contra as reformas, constituído no mesmo bairro de São Paulo. Em princípio, foi discutido na reunião deste Comitê que se faria um debate sobre a democracia e as reformas. Nesse sentido, o POR concordou em participar. Nossa posição crítica à linha traçada pela Frente Brasil Popular, que se concentra nas bandeiras de “Fora Temer e eleições já”, poderia ser discutida nesta atividade. Comparemos e compusemos a mesa. Na abertura ficou claro que não se tratava de um debate, mas sim do lançamento do Comitê da Frente Popular. A ampla mesa constituída de representantes do PT, PCdoB, CUT, CTB, sindicato dos químicos, assessores e o deputado federal Paulo Teixeira (PT) indicou que apenas se fariam pronunciamentos. Dado que não se tratava de um debate, o representante do POR esclareceu em sua intervenção que não integrava a Frente Brasil Popular.

Dois pontos principais concentraram os pronunciamentos: 1) a necessidade da unidade na luta contra as reformas; 2) a campanha do “Fora Temer e eleições”. Foram realizadas críticas às reformas antinacional e antipopular do governo Temer. Como estava para ser votada a reforma trabalhista, os vários representantes procuraram explicar aos presentes a gravidade do retrocesso das leis trabalhistas, que liquidavam definitivamente a CLT e desprotegiam em larga escala os trabalhadores.

A representante da CUT, que participa do departamento da questão da mulher, enfatizou o violento ataque que atinge as trabalhadoras. Grande parte das colocações, portanto, se dirigiram às reformas. Coube ao deputado Paulo Teixeira encerrar o lançamento do Comitê da Frente Popular. Explicou que havia três linhas a serem seguidas. A primeira era a do “Fora Temer” e que havia possibilidade do governo cair e, se caísse e fosse sucedido pelo presidente da Câmara Federal, a bandeira seria “Fora Rodrigo Maia”; a segunda, era a de ampliar a campanha pelas eleições diretas; a terceira, o movimento contra as reformas. Notamos que se subordinou a luta contra as reformas ao movimento pelas “diretas”.

O pequeno tempo dado ao representante do POR exigiu um esforço para esclarecer os dois pontos acima. Como afirmamos, deixamos claro que o POR não integrava a Frente Brasil

Popular. Evidentemente, não foi possível fundamentar. Iniciou sua colocação dizendo que era muito importante o princípio da unidade, mas existem unidades e unidades. A unidade burguesa não convém à classe operária. A unidade sobre a política de colaboração de classes também não convém. Toda unidade que bloqueia a luta direta das massas e sua organização independente não serve, deve ser rejeitada. A experiência já havia demonstrado duas unidades distintas: a da greve geral do dia 28 de abril, que expressou a unidade dos oprimidos contra o Estado burguês, o governo golpista e os capitalistas; e a unidade em torno do objetivo de constituir um novo governo burguês para substituir o governo golpista por meio de eleições. O POR está plenamente de acordo com a primeira unidade e está disposto a trabalhar por ela. Mas rejeita a segunda unidade. No segundo ponto, disse que era o momento de lutar sob a bandeira do socialismo, da revolução proletária. Anunciou que sua bandeira era de: “Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer e por um governo operário e camponês”.

Do plenário, um militante do POR pediu a palavra e, também, brevemente reforçou o argumento de que a verdadeira unidade foi a que paralisou o país em 28 de abril. Agregou que a tarefa era de constituir os comitês de frente única, voltados a organizar uma nova greve geral. E referiu-se ao exemplo do comitê contra as reformas de São Miguel, que vem atuando nas lutas em defesa dos explorados. Uma camarada informou que está em andamento a luta pelos empregos dos professores municipais contratados. E convidou os presentes a fortalecer a denúncia contra o prefeito Dória e impulsionar o apoio da população aos contratados.

Essa experiência, embora superficial e fugaz, mostra a necessidade dos revolucionários marxistas travarem o combate em toda a parte e em todas as condições em que se torna possível a defesa do programa, da estratégia e da tática revolucionária do proletariado. Seria extremamente produtivo se as bases que compõem a Frente Popular se colocassem pela discussão franca e aberta dos caminhos da revolução e do socialismo. Evidentemente, partindo das necessidades práticas de organizar o movimento independente e unitário, local, regional e nacional, contra os ataques da burguesia e seu governo aos explorados.

Responder com luta as demissões dos professores contratados

O governo municipal de São Paulo, João Dória/PSDB, tem atacado a educação com toda força. As escolas municipais sofrem com cortes de gastos. Os CEIs não têm materiais básicos de trabalho: faltam luvas para os professores. As EMEFs/EMEFMs, igualmente não contam com condições mínimas. Não bastassem as condições de trabalho estarem péssimas, a última medida de Dória foi a de demitir trabalhadores.

Os professores contratados receberam o anúncio de que seus contratos não serão renovados. A justificativa do go-

verno foi a recente chamada do concurso público. Sabe-se que esse é um argumento falso. A falta de professores na rede municipal é muito grande. O número de licenças, devido às péssimas condições de trabalho, é alto.

Está claro que tal medida faz parte do corte de gastos empreendido pelos governos. É a concretização da PEC do Teto dos Gastos.

Diante disso, não restou alternativa para o trabalhador a não ser se organizar.

Os professores contratados exigiram do SINPEEM (Sindicato dos Professores Municipais) que encampasse a luta pelos seus empregos.

No entanto, a burocracia do SINPEEM recusa-se a defender o emprego desses professores. Alega que o sindicato é contra os contratos por serem formas precarizadas de trabalho. Bate na tecla do concurso público.

Dizemos que isso é um erro! É fato que a forma de contratação que existe é extremamente precarizada. Mas não se trata de defender a forma precarizada de contratação, mas de defender o trabalhador que se encontra nessas condições. É obrigação do sindicato defender qualquer trabalhador. Sendo este efetivo ou não. É obrigação do sindicato fazer a defesa incondicional do emprego.

A organização desses trabalhadores está sendo imprescindível para a manutenção dos empregos. Diante da negativa da direção do sindicato, realizou-se uma plenária dos trabalhadores contratados. Decidiu-se pela continuidade da luta. Houve um abaixo-assinado com as seguintes reivindicações: renovação dos contratos, salário igual, trabalho igual, manutenção dos direitos trabalhistas (PDE/ Férias) e diminuição dos alunos por sala de aula. O abaixo-assinado foi entregue e protocolado à Secretaria de Gestão. Tirou-se, também, uma manifestação em frente à Secretaria Municipal de Educação.

A Corrente Proletária na Educação atua junto aos professores contratados, defendendo a estabilidade por meio da efetivação de todos os professores contratados.

Ato em defesa dos empregos dos trabalhadores contratados



**ABAIXO A PRECARIZAÇÃO!
PAGAMENTO DE TODOS OS DIREITOS!
POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO!
AMPLIAÇÃO DO MÓDULO DOCENTE POR ESCOLA!
CHAMADA DOS APROVADOS NOS CONCURSOS!
PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS!
DIMINUIÇÃO DE ALUNOS POR SALA DE AULA!
NÃO AO FECHAMENTO DE SALAS NA EJA E NO REGULAR!
EM DEFESA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES!**

Campanha em defesa do direito de greve e contra a punição dos grevistas

No ano de 2015, o magistério paulista se levantou em greve em defesa dos salários, empregos, condições de trabalho e educação pública. Foram mais de 90 dias de greve. Ao longo deste duro processo de luta, a justiça burguesa tomou uma série de decisões contrárias ao movimento: 1) proibição da APEOESP fazer a campanha para que os pais não enviassem os seus filhos à escola; 2) poder do governo de substituir os grevistas; 3) legalidade do corte de ponto dos grevistas; 4) multas milionárias para os atos e manifestações que bloqueassem as rodovias; e 5) proibição dos comandos de greve entrarem nas escolas para conversar com os professores.

Mesmo após o fim da greve, o governo continuou a perseguir os grevistas. Foram abertos dezenas de processos administrativos disciplinares e processos penais. No Litoral Norte, o professor e Conselheiro Estadual da APEOESP, Carlos Bruno, foi um dos processados. Foi condenado por ter cumprido a decisão coletiva da assembleia de continuidade da greve e passagem dos comandos de greve nas escolas. O processo penal, por desobediência à ordem judicial, teve como pena o pagamento de meio salário mínimo. Os processos administrativos concluíram com a pena de suspensão por três meses, o que implica também na suspensão do salário por este período.

Diante das punições, realizamos uma campanha de denúncia contra a supressão do direito de greve e de arrecadação de fundos para cobrir os três meses de salários cortados. A contribuição será um gesto de defesa dos professores que estiveram à frente do movimento grevista em defesa das condições de trabalho, de não fechamento de escolas e do ensino público e gratuito. A campanha será realizada nos três meses em que os salários foram cortados. Haverá prestação de contas nas reuniões de REs e no Conselho Estadual da Apeoesp.

***É preciso defender o direito de greve,
manifestação, expressão e organização!
Pela organização de uma plenária
dos processados da greve de 2015, para dar
uma resposta política e coletiva ao problema
das perseguições políticas!
Pelo fim dos processos aos que lutam!
Por uma campanha financeira junto
aos sindicatos, movimentos sociais e militantes
para arcar com as penas impostas pela
perseguição política!***

Sinpeem

Balanço da Convenção da Oposição (Chapa 2) no SINPEEM

Ocorreu no dia 2 de julho a Convenção da Unidade da Oposição no SINPEEM, para formar a chapa que concorrerá à eleição da diretoria. A necessidade de uma Convenção deriva do fato de ser uma unidade frentista, com diferenças políticas internas, possuindo em comum a defesa da democracia e da independência sindicais. Foi um passo importante a aprovação do programa e a composição da chapa pela via da discussão coletiva e votação das diferenças. Fato que não existiu em convenções passadas, que eram constituídas a partir dos acordos de cúpula e dos programas estabelecidos por cima.

A **Corrente Proletária na Educação – POR** participou da Convenção da Chapa 2 desde a sua preparação, compõe a chapa e chama voto nela.

Qual a importância da unidade frentista?

O SINPEEM é dirigido há décadas pelo caudilho Cláudio Fonseca, ex-PCdoB, atualmente no PPS. Fonseca está à frente da corrente Compromisso e Luta (Chapa 1), um agrupamento sem programa, que abriga o PT e outras tendências. Tenta se colocar por fora das disputas partidárias, afirmando que a defesa da educação pública se sobrepõe às demais questões. Cláudio usa sempre como justificativa o argumento de ter sido punido pelo PCdoB na época do governo petista de Marta Suplicy, tendo em vista que esta apontava para uma diminuição de verbas para a educação. Em outras palavras, busca posar de independente.

Pesa sobre o dirigente do sindicato o fato de ser vereador eleito pela aliança com o também vitorioso João Dória, do PSDB. Seu partido, o PPS, foi um dos pilares do golpe institucional que derrubou Dilma. É o mesmo partido do relator da reacionária Reforma da Previdência (Arthur Maia) e do senador Cristovam Buarque, que votou favorável à Reforma Trabalhista. Tais citações servem para mostrar a política reacionária do caudilho Cláudio, novamente na cabeça da chapa 1. Ainda mais. A corrente da qual faz parte obstaculiza toda iniciativa da oposição que contrarie sua posição. Usa metodicamente a desqualificação e a censura como forma de se manter na direção. Manipula resultados de assembleia (como ocorreu, por exemplo, em 2012, quando decretou o fim da greve mesmo a maioria tendo visivelmente votado pela continuidade), desrespeita regras estatutárias quando lhe convém (como ocorreu com a marcação da data destas eleições, feita em Conselho, quando deveria ser em assembleia), entre outras práticas arbitrárias. Defende as reuniões a portas fechadas, nas chamadas “mesas de negociação” (melhor seria chamá-las de “mesas de enrolação”), convocando as assembleias, geralmente, só para

referendar os acordos estabelecidos às costas da categoria. Quantas vezes a base já teve de ouvir o eufemismo barato da “não rejeição do acordo e continuidade da luta”? Inúmeras. Nesse ano, por exemplo, foi o que se deu na assembleia que encerrou a greve, diante do acordo rebaixado apresentado pelo prefeito Dória. Mesmo quando instaura uma assembleia, trata de adotar todo tipo de medida autoritária para impedir ou sabotar as intervenções oposicionistas. Os mesmos procedimentos se repetem nos congressos, reuniões de representantes e do Conselho. Como se vê, temos no sindicato uma burocracia sindical, verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento da política classista e independente. Está aí a importância do combate à burocratização e estatização do Sinpeem, com os métodos da democracia operária. A unidade frentista se justifica por essa necessidade de derrotar a burocracia.

Como se deu a Convenção da Chapa 2

Foram necessárias várias reuniões para preparar o encontro. Isso por que havia agrupamentos que não queriam uma Convenção. Outras correntes admitiam uma Convenção, mas não para discutir e votar as divergências e sim para referendar os “acúmulos da Unidade da Oposição”, votando só o indispensável.

A **Corrente Proletária na Educação** defendeu que as divergências eram evidentes, que deveriam ser processadas através da democracia operária, o mesmo critério que deveria ser empregado para determinar a composição da chapa, aferindo-se o peso de cada força a partir da proporcionalidade direta. A proposta de fechar a chapa sem uma Convenção significava determiná-la por acordo entre as correntes. O POR rechaçou esse método, por ser alheio à democracia operária. O que seria feito com as divergências? Alguém teria que ceder em favor da posição do outro. Ou seja, alguém teria de se submeter sem luta em defesa de suas posições. Evidentemente, o que estava por trás dessa proposta era a exigência não explicitada dos

agrupamentos minoritários se curvarem, sem terem o direito de expor seus programas e levá-los a voto.

A proposta intermediária de referendar os “acúmulos” na Convenção ignorava o fato das proposições firmadas anteriormente serem também resultado de uma relação de forças dentro da Unidade da Oposição. O tal “acúmulo” era a posição do setor majoritário (PSOL). Isto é, tal como a proposta da não-Convenção, a defesa da aceitação do “acúmulo” implicava a subordinação das correntes minoritárias, o que é antidemocrático. A posição da **Corrente Proletária na Educação - POR** foi contrária a essa proposta, defendendo o direito de defender e

votar nas suas posições.

Os setores majoritários certamente colocaram na balança o risco de passar por cima do método defendido pela Corrente Proletária. Acatando-o, sairiam facilmente vitoriosos na Convenção. Se insistissem na via da subordinação dos minoritários, teriam de arcar com a consequente denúncia. Teriam de responder por que a Corrente Proletária não pôde defender e votar as suas propostas. Uma situação incômoda que se colocava para o setor majoritário, ao aceitar a proposta da Corrente Proletária, era como lidar com suas frações internas. Isso porque abriria a possibilidade para as correntes menores do PSOL também levarem seus posicionamentos à Convenção. Driblaram essa situação fechando um acordo entre as correntes do “Bloco” (PSOL) para se contrapor às resoluções da Corrente Proletária. Tal condição mostrou que existiam, de fato, dois programas. O do setor majoritário, embora tivesse diferenças de nuances internamente, e o programa do POR.

O choque entre os dois programas na Convenção se fez evidente no próprio material que guiou os trabalhos do encontro. Trazia um “esforço de síntese dos materiais apresentados para o manifesto da Unidade da Oposição” (resoluções do setor majoritário) e depois a “contribuição da Corrente Proletária na Educação ao debate. Textos apresentados como substitutivos integrais ao esforço de síntese da Unidade da Oposição”. Cabe uma breve menção ao artifício de colocar o programa do POR como contrário ao “esforço de síntese”. Nada disso. A Corrente Proletária também dirigiu um grande esforço à construção dessa Convenção.

Como se comportaram as outras correntes?

O MAIS se colocou ao lado do “Bloco”. Com isso, a “Oposição Alternativa” (Conlutas) saiu fragmentada, a tal ponto de sequer uma aliança entre Conspiração Socialista (CS) e PSTU ter sido firmada. A CS e o PSTU assumiram uma posição intermediária. Na hora de votar a composição da chapa, saíram em blocos próprios. Mas, votaram a favor e depois defenderam emendas às resoluções do “Bloco”, à exceção da resolução sobre opressões, na qual a CS se declarou e votou a favor do documento apresentado pelo POR; caso esta fosse aprovada, a CS apresentaria

O choque entre os dois programas na Convenção se fez evidente no próprio material que guiou os trabalhos do encontro. Trazia um “esforço de síntese dos materiais apresentados para o manifesto da Unidade da Oposição” (resoluções do setor majoritário) e depois a “contribuição da Corrente Proletária na Educação ao debate. Textos apresentados como substitutivos integrais ao esforço de síntese da Unidade da Oposição”. Cabe uma breve menção ao artifício de colocar o programa do POR como contrário ao “esforço de síntese”. Nada disso. A Corrente Proletária também dirigiu um grande esforço à construção dessa Convenção.

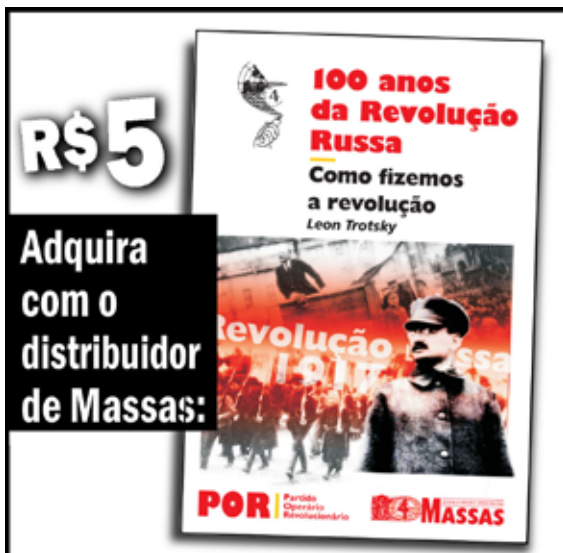
suas emendas depois. A esses dois agrupamentos cabe ainda a ressalva de terem corretamente se posicionado pela realização de uma Convenção para dirimir as divergências políticas.

Outro fator de fragmentação se deu com a saída da corrente Democracia e Luta (Demolu), conhecida pela liderança dos militantes Almir e Romildo. Sequer participou da Convenção da Chapa 2. Na verdade, a Demolu faz tempo que vem se afastando da Unidade da Oposição. A influência do petismo é muito grande nesse agrupamento, embora se coloque como “independente”. Há informe de que tentou uma unidade com a Chapa 3, genuinamente petista, do O Trabalho. Não chegaram a um acordo. Como resultado, juntaram-se com a CTB (PCdoB), a qual comparecia aliada à Compromisso e Luta (Chapa 1) até há pouco tempo atrás. Como pode a Demolu se juntar à CTB (formando a Chapa 5) sem apresentar qualquer balanço ou justificativa?

Qual foi o resultado da Convenção?

As resoluções aprovadas foram as do “Bloco”. As emendas da CS e do PSTU não foram aprovadas, a não ser as que passaram por algum acordo de consenso. Quanto à composição da chapa, o “Bloco” obteve 158 votos, tendo direito a 20 nomes; a CS teve 75 votos, ficando com 9 membros; o Reviravolta (PSTU) teve 37 votos, o que lhe rendeu 5 nomes; a Corrente Proletária na Educação teve 11 votos, ficando com 1 membro na chapa. O total foi de 281 votantes; a chapa consta de 35 nomes.

As cabeças de chapa mais votadas foram as companheiras Laura e Lourdes, da APRA (PSOL) e MAIS, respectivamente. Agora a tarefa é iniciar a campanha, tendo de saída a obrigação de denunciar a eleição on-line, imposta por um golpe desfechado pela diretoria majoritária (Chapa 1) na última reunião do Conselho.



Nesta edição:

- Venezuela: Constituinte de Maduro expressa tão somente a decomposição de seu governo.
- Reunião do G-20: Um retrato das tendências de desagregação capitalista e da luta de classes mundiais.
- Publicação do Folheto “Como fizemos a Revolução”, de Leon Trotsky.
- A 57 anos da fundação da IV Internacional (o Partido Mundial da Revolução Socialista):
Antecedentes – O Internacionalismo Proletário, de Guilherme Lora.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia - Tiquipaya (Cochabamba) “Conferência Mundial dos Povos”

A declaração aprovada exala subjetivismo e hipocrisia por todos os poros

Com um grande desperdício de recursos do país (4,5 milhões de bolivianos) e com a finalidade de montar um cenário internacional para impulsionar Evo Morales como candidato a reeleição em 2019, concluiu-se a “Conferência Mundial dos Povos” com a aprovação de uma “declaração” que pretende polarizar com a política internacional do presidente ultra-conservador estadunidense. Trata-se de um documento extremamente subjetivo que retrata de corpo inteiro os ex-presidentes presentes (Rafael Correa do Equador, Ernesto Samper da Colômbia e José Luís Zapatero da Espanha) e os “intelectuais” oficialistas bolivianos.

O documento defende a instauração de “uma nova arquitetura financeira internacional, onde não existam organismos multilaterais a serviço do capital internacional”... para “consolidar a propriedade social dos recursos”. Defende também uma nova ordem internacional que conceda com prioridade uma nova forma de relação homem/mulher/Estado com a Mãe Terra, em um momento em que os Estados Unidos descartam o ecológico Acordo de Paris em benefício da produção industrial capitalista altamente contaminante.

A declaração postula ainda “a convivência harmônica com a Mãe Terra e o respeito aos seus direitos; assumindo que a natureza pode viver sem os seres humanos, mas os seres humanos não podem viver à margem dela, contrariando os seus direitos e destruindo o habitat”. A Conferência identificou a opulência como a causa da “crise que assola a sociedade global e pediu um novo parâmetro político de igualdade”.

Fazendo referência à política migratória de Trump a declaração assinala que o livre trânsito “... é um direito arraigado na igualdade essencial do ser humano. Além do que, na maior parte dos casos, não responde a decisão voluntária das pessoas, mas sim a situações de necessidades que chegam ao extremo da migração forçada”. A declaração rechaça toda forma de muros, tanto físicos, legais ou mentais que impedem e penalizam, em muitos casos, a mobilidade dos seres humanos no Planeta: defende a necessidade de uma cidadania universal.

Quando se defende a construção “de uma nova arquitetura financeira internacional” para superar a desigualdade e as

relações de opressão de países poderosos sobre os países oprimidos atrasados o documento está partindo de uma premissa de que é possível conseguir esta transformação nos marcos da democracia burguesa, de forma pacífica e complementar entre o lobo e a lebre; nisto consiste a possibilidade da revolução cultural e democrática que apregoa Morales e todos os reacionários pós-modernos; dizemos reacionários na medida em que negam a luta de classes e a possibilidade da revolução social que não será outra coisa que a destruição da base material do sistema social capitalista (a grande propriedade privada dos meios de produção), a estruturação de um novo Estado baseado na propriedade social dos meios de produção e nos órgãos de poder dos trabalhadores (ditadura do proletariado). Tal transformação social será dirigida pelo proletariado e somente pode alcançar a sua total consolidação derrotando o imperialismo no terreno internacional e se utilizando da violência revolucionária dos oprimidos (a insurreição armada).

A declaração se mostra como hipócrita quando fala sobre a necessidade de uma relação harmônica entre os seres humanos e a Mãe Terra. Todos os dias somos testemunhas de que o governo de Evo Morales viola o seu próprio ordenamento jurídico para dar carta branca às transnacionais com a finalidade de explorar e exportar novos poços de petróleo e locais de mineração nas zonas consideradas como áreas protegidas; está fresca em nossa retina a brutal repressão contra as etnias do TIPNIS, que se mobilizaram para impedir que uma rodovia dividisse o seu território em dois e destruísse o ecossistema de seu habitat. Somos testemunhas de como o governo entrega concessões de mineração para as empresas chinesas que envenenam os rios e destroem os bosques, etc. Está em nossa memória a dura repressão que Rafael Correa realizou contra os povos originários do Equador que se mobilizaram para impedir que as transnacionais imperialistas invadam os seus territórios para explorar os seus recursos naturais. Estes demagogos e hipócritas são igualmente destruidores da natureza como o psicopata governante estadunidense.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2498, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina / O perigo do “circo eleitoral” que esconde os problemas e o caminho para resolvê-los

Faz algumas semanas que começou o “circo eleitoral” com as disputas sobre quem serão os candidatos, se vão se unificar ou vão disputar as eleições primárias, se proscrevem este ou aquele.

Os meios de comunicação dedicam cada vez mais tempo e espaço a essas disputas distraindo a atenção da população. Este é o maior perigo. Estamos em meio a um ataque muito duro às condições de vida e trabalho das massas. Com certeza, um dia após as eleições, a burguesia e o governo desfecharão um ataque de grandes proporções. A Associação Empresarial Argentina (AEA), a associação dos empresários mais poderosos nacionais e estrangeiros, acaba de se reunir com Macri. O que discutiram? Dentre outras coisas, o déficit da previdência (!), o alto custo da força de trabalho e as distorções dos impostos.

Todo tempo, todas as energias deveriam estar postas na continuidade da greve de abril, em organizar desde as bases um plano de luta para derrotar as políticas do grande capital.

É isto que se deve insistir na campanha. Alguns candidatos farão uma denúncia nesse sentido, mas, só para procurar votos, para desmoralizar o governo. Não basta denunciar. Toda a campanha deve ser uma convocação à organização de uma grande luta, imediatamente. Já está demonstrado que não é no Congresso, nem com as leis que deteremos os ataques. O governo, mesmo sendo minoria no Congresso, conseguiu aprovar todas as leis que precisava para governar e não teve obstáculos para baixar seus decretos.

Os meios de comunicação procurarão encontrar um eixo no passado, na corrupção, no autoritarismo dos Kirchner. Os meios de comunicação “opositores” farão o mesmo sobre as negociatas e a corrupção do governo dos CEOs, mostrando os ataques às condições de vida da população.

A crise dos partidos políticos não pode ser resolvida

As frentes e os partidos que se apresentam para as próximas eleições mostram que a crise dos partidos políticos da burguesia não só não foi resolvida como está se aprofundando. Depois da experiência de De la Rúa e da Aliança, o radicalismo, o partido mais antigo da burguesia nacional, ficou despedaçado com os resultados eleitorais cada vez mais escassos (Carrió, Stolbizer, López Murphy montaram seus partidos à margem do partido tradicional, só para ficar nos mais conhecidos). Hoje oficialmente integra a frente *Cambiamos* de Macri, mas, baseada em fortes críticas por não participar das decisões da frente, nem como se decidem as candidaturas. O radicalismo acompanha a Lousteau como candidato na cidade de Buenos Aires, competindo com *Cambiamos*, que lhe negou participar das eleições primárias (PASO). O radicalismo mantém sua frente com o Partido Socialista em Santa Fé e outras regionais enfrentando também *Cambiamos*.

O kirchnerismo se dividiu logo após as eleições presidenciais e um setor de governadores e parlamentares apoiaram as políticas do governo. E se diferenciaram organizativamente. Cristina Kirchner decidiu intervir nas eleições para reagrupar suas hostes, que não têm como substituí-la. Somente ela pode centralizar seus seguidores e conseguir uma boa votação. Nas últimas eleições, a *Frente para a Vitória* se apresentou como tal em 24 distritos, hoje somente em 4.

A manobra para não competir nas eleições internas (PASO) com Randazzo e montar uma frente, deixando de fora o PJ, mostra que os partidos são cascas vazias. Só há agrupamentos em torno de alguns dirigentes que se juntam circunstancialmente. A eleições internas, que foram idealizadas como um mecanismo para deter a dissolução dos partidos e para que os setores dissidentes pudessem fazer a luta interna, fracassou.

Quase não haverá enfrentamento nestas eleições internas, todos irão com listas únicas. E alguns terão de ir por fora, como acontece com Lousteau e Randazzo dentro do PJ, justamente o que se pretendia evitar com as eleições internas. Não há debates, nem balanço, nem programas, nem luta interna nos partidos, nem nos intervalos entre os períodos eleitorais, nem durante as campanhas eleitorais, simplesmente porque a crise dos partidos patronais é cada vez mais profunda.

Desta forma, as próximas eleições de agosto só servirão para deixar de fora aqueles que não atingirem o mínimo e como uma preliminar das eleições gerais de 10 de outubro.

O que se apresenta como “inovação” no kirchnerismo é apenas marketing, como se fez no ato, aqueles que estiveram no palco, onde estava o palco, as bandeiras, o tom do discurso, os candidatos que não são as figuras mais tradicionais, etc. Nas ideias, nas propostas, não há nenhuma inovação. O balanço que apresentam dos seus 12 anos de governo é falso. Falam da herança que receberam em 2003. No entanto, devem explicar porque, nos marcos do maior crescimento econômico, com superávit do comércio exterior, com preços internacionais favoráveis, a grande maioria dos salários ficou abaixo do custo de vida. Devem explicar porque a inflação, a pobreza de 30%, o trabalho informal de 33%, o pagamento da dívida externa fraudulenta por dezenas de milhões de dólares sangrando o país, o aumento da desnacionalização e concentração da economia em seu governo, enfim, explicar porque se deixou extorquir pela oligarquia latifundiária e pelo Clarín e não tomou nenhuma medida para acabar com o seu poder, porque Berni, porque Milani, etc., etc. somente dizem que há que “colocar limites” a Macri. Mas não dizem que é somente com a mobilização e a greve que se pode derrotar esta política.

O governo utilizará a candidatura de Kirchner para polarizar a campanha, acentuando o passado, a herança, o roubo massivo, para não ter de discutir sua política atual e seus resultados. Tentará fazer um plebiscito do governo Kirchner e não do seu. E o kirchnerismo se centrará nas denúncias dos roubos deste governo, garantindo que nunca se esteve melhor do que sob os governos kirchneristas. Ainda que as eleições não sejam presidenciais, serão inevitavelmente polarizadas em nível nacional. E o massismo tentará conservar o seu lugar, preparando-se para 2019, tentando deixar no esquecimento seu apoio incondicional ao governo de Macri.

Nestas eleições, as massas ficarão encurraladas pelas variantes patronais. Um setor importante delas será atraído pelo kirchnerismo. Quanto mais ataque o governo, mais forte ficará. Esse setor acredita que o kirchnerismo expressa a resistência a esta política e a defesa das condições de vida e de trabalho. O mais difícil será lutar contra essas ilusões para demonstrar que somente a classe operária pode lutar consequentemente contra essa política e derrotá-la.

O POR utilizará a campanha para desenvolver a política do proletariado sob sua perspectiva histórica. Dirá quais são as medidas que são necessárias para reativar a economia, destravar os bloqueios, recuperar as condições de vida das massas e resolver suas reivindicações fundamentais. Somente a classe operária no poder, dirigindo todos os oprimidos da cidade e do campo, poderá acabar com a dominação imperialista, acabar com a grande propriedade dos meios de produção e controle capitalista de todos os recursos. Reorganizar toda a economia colocando-a a serviço da grande maioria até hoje excluída. A classe operária conquistará o poder por meio de uma revolução social, que porá fim à ditadura do capital.

(Extraído do Jornal Massas, nº 327, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Venezuela / **Constituinte de Maduro expressa tão somente a decomposição de seu governo**

Faltam apenas duas semanas para as eleições à Assembleia Constituinte (30 de julho), convocada pelo governo Maduro. O seu objetivo é o de encontrar uma saída institucional à aguda crise política. Nada indica, porém, que essa via possa estancar a desagregação do governo moribundo e pacificar as frações burguesas em combate em torno do poder. Choques diários entre manifestantes da oposição direitista com a polícia e as milícias governistas. Mais de 100 mortos. Atentados e assassinatos de chavistas a plena luz do dia. A carestia e o desabastecimento que não cedem.

O chavismo sangra e suas fileiras são abaladas por defecções, renúncias e afastamentos de correntes e grupos. As críticas nas próprias fileiras do governismo avultam. Dizem que Maduro é “inepto”. Enquanto isso, o governo procura reagir à sangria. Aposta todas as fichas em posar de conciliador oferecendo uma saída “democrática” que sirva ao objetivo de se manter artificialmente no poder e produzir uma fissura na oposição diante das eleições para a Constituinte. Nesse sentido, procurou um acordo com Leopoldo López, outorgando-lhe prisão domiciliar. Maduro espera que se coloque pela pacificação. Mas Lopez respondeu convocando a oposição a intensificar a via da consulta popular pela revogação do mandato de Maduro.

A direita pró-imperialista está decidida a derrubar o governo, embora suas mobilizações tenham arrefecido em sua capacidade massiva. A Igreja abandonou seu papel de “mediador” e se colocou pelo fortalecimento da oposição. Abriu-se um período de confronto entre chavistas e opositores. A invasão da Câmara dos Deputados pelos governistas indicou o quanto a situação caminha para o descontrole do governo.

Nota-se que o imperialismo abandonou a política de negociar uma transição com o chavismo. Procura acirrar os confrontos, os bloqueios econômicos, as medidas diplomáticas isolacionistas e intervencionistas. Espera-se dividir ainda mais o corpo lesionado do chavismo e incentivar a rebelião nas Forças Armadas.

Destaca nesse quadro a negativa das massas em apoiar o chavismo e acompanhá-lo em sua aventura constituinte. Sabem que não será expressão da luta popular. Não poderão expressar seus interesses mais sentidos. Certamente, as massas abandonam o governo, sem se sujeitarem à oposição pró-imperialista e seu programa reacionário.

Tudo indica que o árbitro desse pleito serão as Forças Armadas. Mas, essas também estão profundamente abaladas pela grave crise e desagregação do governo. Tudo indica que não reuniram as condições para um golpe “pinochetista”. Todos os dias há rumores de

defecções tanto nas Forças armadas, quanto na burocracia estatal. Tratam-se de dois sustentáculos do governo cambaleante.

Há duas semanas, um general renunciou por ser contrário à Assembleia e a procuradora geral rompeu com o governo, acusando-o de formar uma “ditadura civil”. Há poucos dias, um ex-general da reserva chamou à sedição e foi detido por “alta traição”. Nota-se que há setores chavistas que começam a avaliar que talvez seja melhor abandonar ou dar um ultimatum ao governo, antes de serem arrastados e atingidos pelos acontecimentos.

Na base dessas preocupações está o avanço a ruptura da disciplina militar. Acontece que a crise econômica corroeu as bases do governo, empurrando as tropas e a baixa patente para a pobreza e a miséria. A maior brecha (e a mais perigosa) é a que se abriu entre os setores inferiores das Forças Armadas com a hierarquia, que goza de parte dos gigantescos lucros da administração de empresas estatais, benesses e privilégios.

O fundamental da situação é que o regime burguês nacionalista está paralisado e quebrado ao meio. As instituições estão em choque violento, desconhecendo-se umas às outras. De um lado, o parlamento Nacional controlado pela oposição reacionária convocou nestes dias uma consulta popular para a revogação do mandato de Maduro. De outro, o executivo e judiciário desconhecem não só apenas a validade constitucional dessa medida, mas também quaisquer medidas e leis promulgadas pela Assembleia Nacional. O quadro é da desagregação e de guerra institucional.

A situação de conjunto mostra até que ponto o impasse resulta em desagregação de um regime burguês nacional-reformista, isso devido à ausência da política do proletariado no seio das massas. Esse é justamente o nó górdio da crise revolucionária: o proletariado não se encontra organizado como força social capaz de superar o nacional-reformismo putrefato, derrotar as forças da reação pró-imperialistas e tomar a condução do País em suas mãos, juntamente com o campesinato. Sem um combate pela expropriação do grande capital, implantação do controle operário da produção, estatização dos bancos e nacionalização das terras – sem a luta por esse programa –, a vitória final será a da contrarrevolução.

Essa constatação exige da vanguarda venezuelana e latino-americana tirar as necessárias lições políticas, organizativas e práticas. A grave situação mostra que não há outra saída senão a da luta pela independência política do proletariado, erguendo a estratégia de substituição do governo de Maduro por um governo operário e camponês. Um governo que exerça a ditadura do proletariado contra a ofensiva da contrarrevolução manejada pelo imperialismo.

Reunião do G-20 / Um retrato das tendências de desagregação capitalista e da luta de classes mundiais

Nos dias 7 e 8 de julho, reuniu-se em Hamburgo, Alemanha, o “Grupo dos 20” (G-20), que reúne os países que concentram 80% da riqueza e três quartos do comércio mundiais.

O documento aprovado, as declarações dos governos imperialistas e os acordos bilaterais assinados na contramão das declarações de “multilateralismo” indicaram o desenvolvimento da crise mundial, aberta em 2008. Retrato o agravamento da guerra comercial e das tendências bélicas do imperialismo, bem como o agravamento da luta de classes.

A guerra comercial

O G-20 foi precedido da reunião do “Grupo dos 7” (G-7), em junho passado, na Itália. Nela, já se manifestaram graves divergências. O G-20 apenas as confirmou. Ângela Merkel, chanceler alemã, resumiu o clima fúnebre: “*onde lamentavelmente não há consenso, é preciso refletir o dissenso, não escondê-lo*”.

Um dos pontos altos das diferenças foi a saída dos EUA do Acordo de Paris. Aprovado em dezembro de 2015, objetivava estabelecer marcos jurídicos e legais comuns para avançar na

“progressiva redução” da produção de energia fóssil e subsidiar o desenvolvimento de fontes alternativas de “energia limpa”. Tais medidas favoreciam as frações monopolistas protegidas por regulamentação mais rígida.

É o caso das empresas e indústrias europeias, especialmente alemãs. A legislação europeia favoreceu a aplicação dos princípios e normas do Acordo de Paris, que serviram para proteger o mercado europeu de produtos estrangeiros “não ajustados às normas ambientais”. Isso, ao tempo que favoreceram a produção europeia e a colocação de seus produtos no mercado exterior, por serem subsidiadas com bilhões de euros dos chamados “créditos verdes” do Banco Central Europeu.

A queda da taxa média de lucros empurra os monopólios norte-americanos a penetrarem na Europa. Mas, para favorecer a penetração, é necessário destruir os entraves políticos, econômicos e legais que servem de barreira protecionista. De forma que a ruptura dos EUA com o Acordo de Paris é um claro sinal de que os Estados Unidos não estão dispostos a se submeter às leis e regulamentações jurídicas ditadas pelos concorrentes.

O documento final do encontro tinha necessariamente de expressar essas divergências, embora adaptadas à retórica diplomática. Está aí por que, enquanto se “toma nota” da decisão do governo de Trump de se retirar do Acordo de Paris, se “ressalta” por outro lado que os demais países consideram esse acordo “irrevogável”. Trump se dedicou a torpedeá-lo, dizendo que ajudaria os países a “usar combustíveis fósseis de forma mais eficaz e efetiva”.

Na fase de desagregação capitalista e de predomínio do capital parasitário, não é possível regular as leis cegas que regem a procura de lucro monopolista. Todo entrave que se tente colocar nesse caminho recrudescerá a guerra comercial entre as potências.

O “multilateralismo” fracassou

O impasse da crise abriu as portas para um fortalecimento das tendências centrífugas. Basta ver que, em meio às atividades do G-20, Trump anunciou um “acordo comercial bilateral” com a Inglaterra. Dias antes, havia assinado outro “acordo bilateral” com o Japão.

Para Inglaterra, o acordo bilateral ajudará a enfrentar as duras negociações em sua saída da União Europeia. A burguesia inglesa almeja, por sua vez, compensar parte das maciças perdas comerciais com um novo acordo com os EUA. O essencial está em que os “acordos bilaterais” são parte da ofensiva externa da burguesia norte-americana para impor seus interesses mais gerais na situação em que se agrava o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais.

Noticiada a reunião de Trump e May, a Comissão Europeia alertou a Inglaterra de que não poderia assinar nenhum acordo até deixar a UE. Enquanto permanecer no bloco, qualquer acordo bilateral entre um país membro e outra economia externa está submetido às regulamentações e leis obrigatórias da União Europeia. Mas a Alemanha também recorre a acordos bilaterais com a França, para assim impor suas condições à União Europeia.

São esses os sintomas do agravamento da guerra comercial interimperialista. De forma que estava claro que o G-20 não conseguiria fechar nenhum acordo comum. Tão somente serviu para expor à luz do dia o avanço da guerra comercial, que

inviabiliza as tentativas de centralização e coordenação entre as potências para contornar as consequências da crise que eclodiu há nove anos atrás.

Recrudescimento da crise capitalista

Os monopólios estão obrigados a recrudescer os mecanismos econômicos e políticos para proteger seus mercados e avançar sobre a partilha dos mercados e fontes de matérias-primas já consolidadas. Esse é o conteúdo dos entraves alfandegários e comerciais erguidos pelas potências e do conflito interimperialista.

O documento do G-20 afirma que respeitará “o livre comércio justo” e “baseado em regras” em nível mundial, assim como o compromisso coletivo de “lutar contra o protecionismo”. O certo é que a tendência mais geral é a de os monopólios quebrarem “as regras” e erguerem barreiras protecionistas. A necessidade de defesa dos seus lucros fala mais alto que qualquer intenção de cooperação e multilateralismo. É que expressa o adendo dos EUA ao documento do G-20 que permite o uso de “instrumentos legítimos de defesa comercial”.

Tal política exige, ainda, o rebaixamento do preço da força de trabalho nacional. A burguesia imperialista tem acordo sobre esse objetivo. A destruição de velhas conquistas do proletariado está em andamento em toda a parte. Trata-se de avançar ainda mais a qualquer custo. O fundamental dessa constatação está em que os monopólios e os governos imperialistas estão obrigados a esmagar a luta de classes em seus países para, assim, reunir condições de travar uma ampla e vasta luta comercial contra seus concorrentes no mercado mundial.

Fortalecimento do Estado policial
Centenas de milhares de manifestantes e a radicalização dos protestos no G-20 puseram a burguesia europeia e mundial em alerta. O velho continente é cenário do avanço das mobilizações populares e recomposição do proletário, que começa

a se erguer em defesa de suas reivindicações e a aplicar seus métodos próprios de luta. Com ritmos e graus diferentes, sucedem-se massivos e radicalizados movimentos que se chocam com os governos e o Estado burguês.

Isso explica a mobilização de mais de 20 mil policiais em Hamburgo, sitiando a cidade e colocando-a sob o “estado de exceção”. As revistas e detenções preventivas de militantes de outros países, prisões de manifestantes e provocações policiais em meio às manifestações mostraram a presença do Estado policial.

O governo alemão acusou os militantes e organizações de aplicar medidas de “guerra civil” e os partidos burgueses exigiram “medidas severas contra o extremismo de esquerda”. Segundo o ministro de Interior, Thomas de Maizière, os manifestantes seriam “extremistas criminosos, desprezíveis e violentos, exatamente como os neonazistas e islamistas” e propôs o monitoramento sobre as organizações e sindicatos, como o fazem contra os “radicais jihadistas”. Por sua vez, a União Social Cristã (CSU) exigiu o “registro de extremistas de alcance europeu” e o prefeito de Hamburgo, Olaf Scholz, “sentenças de prisão prolongada”.

Não faltou a grande imprensa, a exemplo do jornal Bild, para publicar fotos de pessoas que participaram dos protestos, ao lado da manchete “Procurados! Quem conhece estes criminosos?”.

Na fase de desagregação capitalista e de predomínio do capital parasitário, não é possível regular as leis cegas que regem a procura de lucro monopolista. Todo entrave que se tente colocar nesse caminho recrudescerá a guerra comercial entre as potências.

Há pouco tempo foi aprovada a Lei de Segurança (ASOG) que institui a vigilância e militarização da vida política na Alemanha. Trata-se do “reflexo alemão” da militarização da vida social já desenvolvida na França e que é aplicada às lutas operárias e populares.

Nota-se que o conjunto da burguesia europeia se dirige a fortalecer o Estado policial para esmagar a luta de classes. Os estados e governos burgueses têm de quebrar os movimentos antes que possam se espalhar e estender, ganhando novos setores da população e projetando o proletariado.

Nova etapa da luta de classes

Barricadas, queima de veículos, saques e ataques contra as forças repressivas com bombas incendiárias indicaram a radicalização dos protestos. Não se tratou apenas da ação de um pequeno grupo, mas de um setor importante de manifestantes.

Evidentemente, o movimento NoGlobal pequeno burguês não expressa um avanço dos explorados no sentido de sua organização revolucionária. Porém, os mais de 100 mil manifestantes ergueram palavras de ordem que atacavam o capitalismo, exigiam o fim dos ajustes e se colocavam pela defesa das condições de vida das massas. E foram milhares de manifestantes de diversos países que viajaram até Alemanha, indicando que a resistência se projeta em nível continental.

A luta das massas está longe de ter sido abortada e contida pela burguesia. Europa e o mundo atravessam uma nova etapa da luta de classes. O ponto mais alto desse processo foi, sem dúvida, a greve geral na França de julho de 2016. A classe operária francesa, destacamento avançado do proletariado europeu, se insurgiu contra as reformas trabalhistas e se projetou como força social revolucionária. Antes, as greves na Grécia, na Espanha, Portugal e Alemanha renunciaram os combates na França.

Tratam-se dos germes da crescente organização internacional de camadas dos explorados e oprimidos que se colocam em situação de combate contra os ataques dos capitalistas e seus

governos. Apesar dos desníveis em sua radicalidade e falta de clareza programática, indicam que o avanço da luta de classes cria condições para forjar uma vanguarda revolucionária capaz de penetrar no seio do proletariado com a estratégia própria de poder.

Superar a crise de direção

É importante compreender essas tendências presentes nos acontecimentos mundiais para delas extrair a política e programa que devem encarnar os revolucionários para impulsionar as tendências de luta dos explorados e dotá-las de um programa revolucionário.

A principal tarefa, sem dúvida, é a de avançar na construção em cada país dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas, firmando as bases organizativas que permitirão avançar, por sua vez, na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Essas tarefas, que surgem da luta pela superação da crise de direção revolucionária

mundial, destruída pela contrarrevolução estalinista, exigem rejeitar os experimentos para reformar o capitalismo, a conciliação de classes e romper com os entraves burocráticos nos sindicatos.

Está aí a importância de o proletariado europeu retomar as tradições e métodos assinalados pela Revolução Russa há 100 anos, assim como resgatar suas lições táticas e aplicar seu programa às condições particulares da crise, guerras e revoluções em cada país. Os primeiros passos a serem dados têm na luta dos explorados as condições propícias. É fundamental que a vanguarda consciente, verdadeiramente socialista, tome a frente dos combates pelas reivindicações mais elementares das massas. A luta nos países semicoloniais, como o Brasil, que sofre com as tendências de agravamento da opressão nacional e social, passa por impulsionar a independência política do proletariado e ajudá-lo a se erguer como direção física dos oprimidos, o que exige romper com as saídas burguesas à crise e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês.

Publicação do Folheto “Como fizemos a Revolução”, de Leon Trotsky

O Partido Operário Revolucionário vem realizando uma intensa e dedicada campanha em torno da comemoração dos 100 anos da Revolução Russa. Iniciamos com a publicação na contracapa do jornal Massas textos de Lênin e comentários. Sua importância reside em que tocam aspectos programáticos, táticos e organizativos que estiveram na base da tomada do poder pelo proletariado em aliança com o campesinato. E que, recentemente, reunimos e publicamos no formato de folheto, com o título: “Assimilando o leninismo”.

O objetivo das publicações é o de constituir um acervo para a difusão das ideias e métodos bolchevistas. E que sirvam à elevação política dos quadros e à formação de novas camadas de militantes revolucionários. Agora, apresentamos à vanguarda a publicação do texto “Como fizemos a revolução”, de Trotsky.

Escrito durante as negociações de paz em Brest-Litovsk, quando a Rússia soviética dava seus primeiros passos para firmar o primeiro Estado operário da história, o texto ressalta

pela sua linguagem fluida e pela capacidade de apresentar aos operários e oprimidos um quadro preciso das relações entre as classes, de suas flutuações e delimitações decisivas forjadas no fogo do processo revolucionário. E mostra didaticamente como a força social e a determinação histórica da classe operária de tomar em suas mãos o destino do país vão se formando e se tornando uma força capaz de pôr abaixo o Estado burguês.

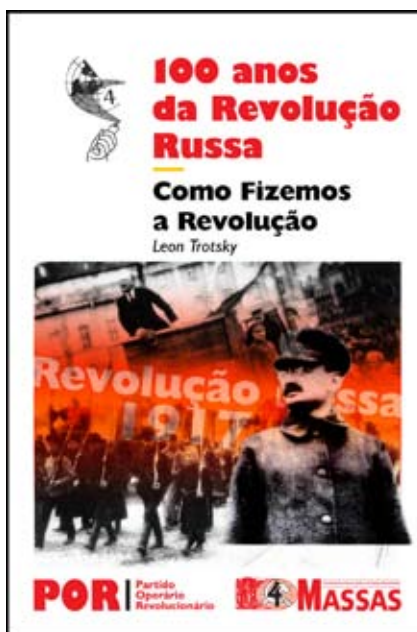
Trotsky mostrará como na base desse processo histórico esteve o trabalho paciente e firme de constituir uma vanguarda revolucionária forjada coesamente pela estratégia e programa da revolução social. Somente sobre essa base foi possível harmonizar as condições materiais da revolução e as condições subjetivas.

Destaca também sua preocupação em explicar, demonstrar e assinalar os aspectos econômicos, sociais e políticos, nacionais e internacionais, assim como suas relações de interdependência e condicionamento, visando a expor pedagogicamente aos

explorados que a revolução e suas formas organizativas de poder (os soviets) não eram artifícios intelectuais ou produto do “jacobinismo” bolchevista – como, aliás, serviu a falsas acusações lançadas pelos revisionistas contra o leninismo, como foi o caso de Kautsky, Plekhanov e outros. Ao contrário, decorriam da experiência histórica, das condições materiais e políticas criadas pelo desenvolvimento capitalista mundial, pela guerra imperialista e, especialmente, pela ação das massas, que colocavam todas as contradições no mais alto grau e exigiam a solução revolucionária. Segundo Trotsky: “Ou desceríamos ao nível de uma simples colônia ou nos transformávamos no sentido socialista. Tal era a alternativa”.

O leitor poderá notar que esta obra capital é escrita não apenas por um dos mais importantes teóricos e formuladores do marxismo, mas por um apaixonado militante e um dedicado dirigente revolucionário entregue por completo à causa da classe operária mundial. Trotsky dará especial importância ao fato de que, apesar de sua inexperiência e embrutecimento, a operariado russo é um destacamento avançado da revolução internacional e que, consolidando seu poder, prestaria um grande serviço ao proletariado mundial, o que firmaria sólidas bases que lhe possibilitariam ganhar experiência para assumir o comando da economia mundial.

Finalmente, é importante frisar aqui que a forma como



Trotsky reflete e trata os diversos problemas programáticos, políticos, táticos, técnicos e organizativos da revolução proletária estão a serviço da elevação da consciência socialista das massas que se batiam contra o atraso secular e do impulso do objetivo de construir com suas próprias mãos um novo mundo sobre as ruínas do antigo. Como demonstra Trotsky, a severidade na análise e a firmeza dos princípios devem ser entregues inteiramente à causa revolucionária. E que um revolucionário não é formado nos debates acadêmicos ou nas disputas parlamentares e negociatas de bastidores. Mas, no combate ideológico, na organização dos destacamentos da vanguarda proletária, na construção prática e programática de seu partido de combate e nas batalhas revolucionárias que definem a sorte da causa proletária mundial.

Está aí por que o folheto que publicamos é uma ferramenta imprescindível da vanguarda, que se forja no marxismo-leninismo-trotskismo para cumprir a tarefa histórica de construir no Brasil o partido bolchevique e organizar as fileiras do proletariado para a revolução social. A comemoração dos 100 anos da Revolução Russa exige que a vanguarda se dedique a aprender um pouco mais do marxismo, a defender as suas conquistas que foram dilapidadas pelo revisionismo estalinista e a trabalhar pela formulação do programa da revolução proletária no seio dos explorados.

Publicamos no Jornal Massas 545 o texto “Como concebemos a reconstrução da IV Internacional”, de Guilherme Lora, como parte da comemoração dos 100 anos da Revolução Russa. Neste Jornal, editamos o texto “A 57 anos da fundação da IV Internacional” (o Partido Mundial da Revolução Socialista). O texto abaixo de Guilherme Lora foi publicado na Revista Revolução Proletária, nº 8, do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Apesar de se distanciar de nossos dias por 22 anos, mantém no fundamental a atualidade, exceto em alguns aspectos particulares do momento em que foi escrito.

A 57 anos da fundação da IV Internacional (o Partido Mundial da Revolução Socialista)

Antecedentes – O Internacionalismo Proletário

5 de setembro de 1995

O capitalismo, por sua essência, é mundial. Atua por cima das fronteiras nacionais, nos limites do mercado que se estende até os últimos rincões do planeta. Isto é palpável sobretudo no ponto mais elevado do desenvolvimento do imperialismo, que se exterioriza por meio das multinacionais, cujo domínio abarca todos os países.

O proletariado é uma criação do capitalismo, encarregado de pôr em movimento os meios de produção, de produzir e, sobretudo, de gerar a mais-valia, o ganho da burguesia, classe que concentra em suas mãos tanto o poder econômico como o político. O capitalismo é o dono do mundo e o proletariado seu escravo moderno, cujas não poucas características de seu criador carrega marcadas a fogo. Uma das mais importantes é que continuará existindo como classe operária por gerar mais-valia. Enquanto o capitalismo estiver de pé se nutrirá da classe operária.

Do exposto acima e, sobretudo, levando em conta que os meios de produção são mundiais, é preciso concluir que o proletariado – força de trabalho não proprietária – é uma classe internacio-

nal. Da mesma maneira que o capitalismo monopolista produz mercadorias para o mercado mundial, que circula por cima das fronteiras nacionais, também a força de trabalho é cotidianamente transladada de um país a outro.

Não se pode esquecer que, quando uma multinacional penetra (investe capital financeiro) em um país, explora e oprime a classe operária que encontra, extraindo-lhe a massa de mais-valia que produz. O capitalismo monopolista, para continuar produzindo de maneira cosmopolita e abastecer de mercadorias o mercado mundial, se vê obrigado a transladar força de trabalho de um país a outro, particularmente dos menos desenvolvidos até as grandes metrópoles.

É certo que em um e outro país, os salários, as condições de trabalho e de vida e a própria legislação social destinada ao trabalhador assalariado são diferentes. Mas são idênticas as causas e a forma de sua exploração, que obedecem à necessidade do imperialismo de extrair mais-valia (ganhos) precisamente no processo da produção de mercadorias. Como se vê, no aspecto fundamental de

sua existência, o proletariado é o mesmo em todas as latitudes.

As características da existência material do proletariado determinam que seus interesses e objetivos gerais (sua finalidade estratégica) sejam os mesmos em todos os países. A classe operária é a mesma em toda a parte.

No entanto, está impregnada das particularidades nacionais, o que se projeta no desenvolvimento desigual da consciência de classe dos explorados e oprimidos. Contudo, o fundamental está nas causas comuns da exploração dos trabalhadores e o objetivo único de sua libertação, que será ao mesmo tempo a libertação de toda a sociedade.

Tais são as razões do internacionalismo proletário que distingue os explorados e oprimidos pelo capitalismo.

A classe operária é uma só no mundo sobrepondo-se às suas particularidades nacionais. Existe luta para ser livre da exploração e assim deixar de ser assalariada. Essa tendência da história atua por cima das fronteiras de todos os países. Os trabalhadores de todas as latitudes necessariamente têm de irmanar-se, cooperar e atuar unidos em torno do mesmo objetivo. Tudo isso se traduz no internacionalismo proletário.

A classe operária, importando pouco o país em que se encontra, para se libertar tem de derrotar o capitalismo mundial que, quando se bate por salvar a grande propriedade privada, atua com unidade.

Não se pode esquecer que o grande exército proletário mundial da revolução social está composto por segmentos que mostram diferentes graus de evolução da consciência classista. A economia capitalista mundial atua de maneira decisiva – ao determinar a maturidade do fator econômico e objetivo da revolução – sobre as classes operárias nacionais.

Não se pode dizer que a revolução proletária ocorrerá simultaneamente no mundo. Isso é impossível devido ao desenvolvimento desigual da consciência de classe. Começará dentro das fronteiras nacionais como expressão da economia mundial e das particularidades nacionais, mas, para se fortalecer, resolver os problemas trazidos pelo desenvolvimento e consolidar a vitória, inseparável da marcha para a nova sociedade, tem de se apoiar no proletariado internacional, na economia mundial, na revolução anticapitalista dos demais países.

O imperialismo somente poderá ser esmagado pela revolução proletária internacional.

A revolução boliviana poderá se manter em pé e aprofundar suas conquistas graças ao apoio militante do proletariado internacional.

Vivemos a etapa de desintegração do capitalismo. Por isso, não se pode conceber a vitória da revolução, do socialismo em um só país. Se queremos vencer, temos de nos converter em revolução internacional.

Somo invencíveis, protagonizaremos a revolução proletária e venceremos o inimigo mundial, apoiados no internacionalismo proletário.

Nosso objetivo: o Partido Mundial da Revolução Socialista

Do acima, chegamos às seguintes conclusões:

1) Como movimento revolucionário, atuamos no marco do capitalismo mundial, cujas leis gerais penetram e refratam nas

particulares condições econômico-sociais dos diferentes países. O capitalismo internacionalizou as forças econômicas e todos os fenômenos. A economia, a cultura, a política, a religião, etc. são agora internacionais.

2) A classe operária é internacional pela forma como é explorada e pelo objetivo estratégico que deve ser materializado para poder libertar-se da exploração e da opressão. Como classe, expressa-se no internacionalismo proletário. Sua luta contra a exploração burguesa, imperialista, pode começar como nacional, mas tem de inevitavelmente transformar-se em mundial, sobretudo porque o capital financeiro atua por cima das fronteiras nacionais.

3) A revolução nacional necessariamente terá de se transformar em internacional, ou não conseguirá consolidar-se definitivamente para poder dar nascimento à nova sociedade. Chegamos à conclusão de que a revolução mundial – a única que pode acabar com o capitalismo em decomposição – começa expressando-se por meio da revolução nacional, que deve se projetar por cima das fronteiras nacionais, que, neste momento, aparecerão como os obstáculos com que se chocam as forças produtivas superdesenvolvidas. As leis da história se materializam por meio da revolução proletária mundial.

Se o proletariado é uma classe mundial e sua essência se expressa por meio do internacionalismo proletário, se sua luta contra o capitalismo não pode ser senão mundial, porque o inimigo

atua por cima das fronteiras nacionais, é claro que essa força revolucionária tem de se organizar devidamente, para poder alcançar o objetivo de sepultar o imperialismo.

É claro que, para se chegar à vitória da revolução social mundial, é preciso criar o instrumento político capaz e adequado para cumprir essa tarefa transcendental.

O partido político capaz de derrotar o capitalismo, a burguesia – que também é internacional –, tem de ser necessariamente internacional, mas respondendo à realidade do desenvolvimento desigual da consciência de classe do assalariado. O internacionalismo proletário se concretiza na atividade das seções nacionais da Internacional.

A revolução social, a tomada do poder pelo proletariado – nos países atrasados, atuando como direção política da nação oprimida pelo imperialismo – é o ponto culminante da luta de classes, que é a expressão social da contradição fundamental que se dá na base econômica da sociedade capitalista.

A revolução é o ponto, o salto, em que se produz a transformação qualitativa da ordem social burguesa em outra superior, na sociedade comunista. Essa transformação da sociedade é a expressão mais elevada da prática transformadora sobre a realidade social, que necessariamente permite revelar as leis do desenvolvimento e mudança do capitalismo.

Pode-se concluir afirmando que as seções nacionais do Partido Mundial se potenciarão graças à assimilação crítica da experiência mundial do proletariado. Isto é possível porque a Internacional é partido único baseado no centralismo democrático.

A IV Internacional O Congresso de Paris

O marxismo, ao se estruturar e ao descobrir a essência e funcionamento do capitalismo, pôs em evidência as leis do desen-

volvimento e transformação da sociedade burguesa. Assinalou com nitidez que o caráter mundial da burguesia correspondia ao internacionalismo proletário.

Um dos pilares principistas do marxismo é o caráter mundial da revolução. Isto de maneira absolutamente clara.

Marx e Engels puseram em prática essa concepção. Puseram-se plenamente a fundar, em 1864, a primeira Internacional na história mundial, sob o nome de Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A Primeira Internacional foi formada por numerosas tendências de esquerda, incluindo os anarquistas. Marx e Engels se empenharam em modelá-la no marco do materialismo histórico, da ideologia revolucionária do proletariado. Atuaram nos acontecimentos da Comuna de Paris (1871). Essa revolução passou para a história como uma grande lição, com a qual ainda podemos muito aprender.

A Segunda Internacional foi fundada em 1889, quando Engels ainda vivia (morreu em 1895). Iniciou-se como marxista e teve sua prova de fogo durante da 1ª Guerra Mundial, que estourou em 1914. Grande parte de seus dirigentes se tornaram social patriotas e ministerialistas, o que provocou sua ruína e levou a socialdemocracia a se tornar expressão do capitalismo imperialista europeu.

A oposição à direção traidora se converteu no germe da Terceira Internacional.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, retomou a linha marxista e começou atuando como a direção do movimento revolucionário mundial. Foi estrangulada e dissolvida pelo estalinismo que revisou o marxismo e proclamou o “socialismo em um só país”.

A Quarta Internacional foi fundada em setembro de 1938, no Congresso realizado em Paris. Aprovou o Programa de Transição, redigido por Trotsky.

A reivindicação transitória permite ao proletariado, partindo de suas reivindicações imediatas e de sua evolução política, projetar-se à conquista do poder.

Trotsky atuou partindo da certeza de que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estava prestes a eclodir e que a revolução que a seguiria precisava de uma férrea direção.

Crise na vibrante IV Internacional

No Partido Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers Party - SWP) norte-americano, a seção mais portentosa da Internacional, aflorou uma importante tendência revisionista (Max Shachtman – James Burnham) em torno da caracterização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como Estado Operário degenerado, da obrigação de defendê-lo incondicionalmente, que concluiu em cisão. A morte de Trotsky, em 1940, foi um duro golpe na IV Internacional. Na seção alemã surgiu uma tendência que afirmava que a dominação fascista colocava a guerra de libertação nacional-democrática e não socialista.

Marcel Hic (organizador do Secretariado Europeu) morreu em um campo de concentração e ocupou seu lugar Michel Pablo, que acabará como um dos maiores revisionistas. Na Fran-



A IV Internacional não conseguiu penetrar nas massas e tampouco influenciou para que suas seções nacionais elaborassem os programas da revolução proletária em seus países, de maneira a concretizar o Programa de Transição de acordo com as particularidades nacionais.

ça, ocorrem cisões e fusões entre diferentes grupos. David Rousset propôs uma aproximação ao Partido Comunista. Laurent Schwartz encabeçou uma tendência que afirmava o papel progressista dos partidos comunistas. O ultra-esquerdista Chaulieu afirmou que a burocracia se transformou em classe social, etc.

A IV Internacional não conseguiu penetrar nas massas e tampouco influenciou para que suas seções nacionais elaborassem os programas da revolução proletária em seus países, de maneira a concretizar o Programa de Transição de acordo com as particularidades nacionais. Trotsky, em 1939, explicou que o isolamento da IV Internacional era consequência de que se via obrigada a marchar na contracorrente, devido ao retrocesso das massas, das traições do estalinismo, etc. “Se se trata de por que não progredimos em proporção ao valor de nossas concepções...é um fato a expressão de uma decadência geral do movimento operários nos últimos quinze anos. Essa é a causa mais geral. Quando o movimento revolucionário em geral está em descenso, quando uma derrota segue outra, quando o fascismo se estende sobre o

mundo, quando o ‘marxismo’ oficial é a mais poderosa organização de desmoralização dos operários, e assim sucessivamente, é um fato inevitável que os revolucionários tenham de trabalhar contra a corrente histórica geral, ainda quando nossas ideias, nossas explicações, sejam as mais exatas e sensatas que se pode exigir” (Trotsky, “A IV Internacional na luta contra a corrente”)

Tarefa: A Reconstrução da IV Internacional

A Quarta Internacional não conseguiu pôr em pé uma poderosa organização e não funcionou como órgão de elaboração da política mundial e das seções nacionais. Não assimilou criticamente a experiência das massas no plano internacional.

Agora é evidente o ascenso das massas, em muitos países, particularmente nos países atrasados, como havia assinalado Trotsky em sua época. Oferecemos o admirável caso da Bolívia, em que o fortalecimento político do POR é um exemplo, apesar de suas deficiências em matéria organizativa. A vitória no país Altiplano pode se transformar em alavanca do fortalecimento do marxismo-leninismo-trotskismo em escala internacional.

A revolução boliviana necessita, para avançar até a vitória, de uma vigorosa direção internacional. Atualmente, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional vem cumprindo com limitações e deficiência o papel do Partido Mundial da Revolução Socialista. Temos de partir da certeza de que para vencer e garantir nossa vitória, precisamos da direção e do apoio de um poderoso Partido Mundial da Revolução Socialista. A IV Internacional deve ser colocada em pé, partindo da severa análise autocrítica de seu passado e da assimilação das conquistas do movimento revolucionário mundial.

É nossa tarefa impostergável ampliar e enriquecer o trabalho internacional. O POR se transformou ultimamente no foco de atração de não poucas correntes de outros países que reivindicam do trotskismo. Este material pode permitir o fortalecimento da corrente.

Assimilando o Leninismo

No jornal Massas, nº 545, expusemos as posições de Lênin expressas no “Projeto de Plataforma do Partido Proletário”, no que se refere ao internacionalismo proletário. Em particular, foi tratada a discussão em torno da mudança do nome do partido socialdemocrata russo para partido comunista. Em meio à turbulência do período transitório entre a revolução burguesa de fevereiro e a de outubro de 1917, Lênin aprimora a concepção do partido marxista como dirigente da revolução proletária. Um outro aspecto particular é o da falência da II Internacional, minada e corrompida pelo social patriotismo, pela capitulação diante da política de guerra dos governos imperialistas.

Notamos inúmeros aspectos novos que a crise mundial do capitalismo e a guerra interimperialista trouxeram à tona. Entre eles, a possibilidade de esgotamento da Internacional. A I Internacional perdeu sua vigência com o confronto entre o marxismo e o anarquismo. Marx e Engels não viram a possibilidade de manter a Associação Internacional dos Trabalhadores, depois da derrota programática, política e ideológica dos adversários. O esmagamento da Comuna de Paris contribuiu decisivamente para o esgotamento da I Internacional.

Baseado nessa experiência, Lênin travou um combate feroz aos revisionistas da II Internacional que abandonaram o marxismo. Depois de travar uma batalha contra a direita social chauvinista, teve de enfrentar os centristas encabeçados pelos kautskistas. Uma clara definição sobre a II Internacional não podia ser adiada diante do enfrentamento entre a revolução e a contrarrevolução que sacudia a Rússia e impunha a firmeza dos bolcheviques em todos os aspectos programáticos e de princípios. A política pequeno-burguesa e burguesa que se alinhava à política de guerra do imperialismo teria de ser derrotada implacavelmente na Rússia, caso contrário a revolução não triunfaria e não poderia se expressar internacionalmente. Estava claro que na Alemanha a socialdemocracia havia desarmado o proletariado. Sua fração revolucionária, representada por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, dependia da revolução russa para se potenciar. Estava prevista a realização da Conferência de Zimmerwald, convocada pela Comissão Socialista Internacional para maio de 1917. A experiência havia demonstrado que os centristas reunidos na União de Zimmerwald já haviam capitulado perante a direita da II Internacional. Qualquer compromisso com a fração kautskista, que era majoritária na Conferência de Zimmerwald, poderia causar incalculáveis danos para o movimento proletário internacional e, em especial, ao processo revolucionário que se desenvolvia na Rússia. Depois de adiamentos (a data prevista era de 31 de maio de 1917), essa Conferência foi realizada entre 5 e 12 de setembro de 1917.

Lênin apresentou no documento “Projeto de Plataforma



“Não se trata da quantidade, mas de expressar corretamente as ideias e a política do proletariado verdadeiramente revolucionária. Não é questão de ‘proclamar’ o internacionalismo, mas de saber ser internacionalista nos fatos principalmente nos momentos mais difíceis”

do Partido Proletário, as tarefas do proletariado em nossa revolução” a proposta de não participação, rompimento e fundação da III Internacional. Expôs uma severa crítica aos centristas de Zimmerwald. Era preciso desmascarar “os socialistas de palavra e chauvinista de fato”, que se enfileiraram por detrás da bandeira reacionária de “defesa da pátria em uma guerra imperialista”. Os centristas oscilavam entre os social chauvinistas e os internacionalistas, encabeçados por Lênin, Liebknecht, etc. Lênin assim os acusava: “O ‘centro’ está formado pelos cultivadores da rotina, corroídos pela úlcera da legalidade, corrompidos pela atmosfera parlamentar, etc., burocratas acostumados a cargos cômodos e a trabalhos leves”. Estava claro que os centristas, a segunda força na II Internacional, não apenas não romperiam com a direita como a fortaleceriam mantendo seus laços social chauvinistas. A esquerda revolucionária já estava em ruptura com ambas as frações, desde fins de 1916 e princípios de 1917, quando a maioria de Zimmerwald sucumbiu ao social pacifismo. É sobre a base dessas diferenças programáticas e de princípio que Lênin defendeu a aprovação de uma resolução de ruptura na Conferência de abril dos bolcheviques. Eis a firme posição:

“Devemos romper imediatamente com esta Internacional. Devemos permanecer em Zimmerwald somente com o objetivo de obter informação. Somos

nós que devemos fundar agora mesmo, sem demora, uma nova Internacional, revolucionária, proletária; ou melhor, não devemos ter medo de reconhecer publicamente que essa Internacional já foi fundada e atua”.

Lênin, sabendo que enfrentaria oposição principalmente com aqueles que viam a Internacional como um aparato, rechaçou o argumento numérico. *“Não se trata da quantidade, mas de expressar corretamente as ideias e a política do proletariado verdadeiramente revolucionária. Não é questão de ‘proclamar’ o internacionalismo, mas de saber ser internacionalista nos fatos principalmente nos momentos mais difíceis”.* Conclui: *“esperar a reunião de congressos ou conferências internacionais é simplesmente trair o internacionalismo, uma vez que está demonstrado que inclusive desde Estocolmo não deixam chegar aqui os socialistas fieis ao internacionalismo, nem sequer suas cartas, ainda que isso é possível e ainda que exista uma feroz censura militar ... Nosso partido não deve ‘esperar’ e sim fundar imediatamente uma terceira Internacional”.*

A Conferência dos bolcheviques, realizada entre 24 e 29 de abril de 1917, não aprovou essa linha proposta por Lênin. Um mês depois, Lênin fez a seguinte avaliação: *“Agora se torna evidente que a Conferência cometeu um erro e que o curso dos acontecimentos logo mais o corrigirá. Ao permanecer em Zimmerwald, nós (ainda que contra nossa vontade) ajudamos a postergar a criação da III Internacional, freamos indiretamente sua criação, por estar esmagados pelo peso morto da Conferência de Zimmerwald, política e ideologicamente morta”.* Os acontecimentos deram inteira razão a Lênin.